



Caderno de Teses



ÍNDICE

Programação	pág 4
Propostas da Diretoria Colegiada do Sindipetro-RJ	pág 5
Tese Petroleir@s Socialistas	pág 9
Tese Unidade Classista	pág 20
Tese Resistência Petroleira	pág 33
Tese Nossa Classe	pág 40
Tese Aposentados e Pensionistas	pág 49
Anexos da Tese de Aposentados e Pensionistas	pág 62
Moção de Apoio ao processo de acordo judicial da Petrobras com Leninha Farias	pág 74
Moção de Apoio aos Anistiados(as) e Anistiandos(as) da Petrobrás	pág 76

PROGRAMAÇÃO

8h - 13h - Credenciamento

8h - 9h - Café de boas vindas

8h30 - 8h45 - Leitura e votação do Regimento do Congresso

8h45 - 9h - Mesa de Abertura

9h - 10h45 - Conjuntura Internacional e Nacional

- Como construir uma saída classista frente ao Governo, a ultradi-
reita e o Imperialismo.

- Atnágoras Lopes, Claudionor Brandão, Plínio Arruda Jr, André da
Formiga

10h45 - 12h - Painel de Apresentação das Teses e Resoluções

Apresentação das resoluções do Sindicato e das 6 teses com mais
assinaturas

Leitura das Resoluções

12h - 13h -Almoço

Sistematização e Composição de Chapas para o Congresso da FNP

13h - 13h15 - Fala Especial da FAAPERJ

13h15 - 13h45 - Votação da Delegação para o Congresso da FNP

13h45 - 15h - Votação das Resoluções

15h - 15h30 - Intervalo

15h30 - 17h30 - Pautas do ACT e Mobilizações

16h45 - 18h - Encaminhamentos, Moções e Votação sobre ACT e
mobilizações

18h - 18h15 - Encerramento

Propostas da Diretoria Colegiada do Sindipetro-RJ

O Congresso é uma assembleia que dura o dia inteiro, onde dezenas ou centenas de delegados(as) eleitos, previamente, em assembleias de filiados das diferentes empresas e unidades, do ADM e da Operação, ativos e aposentados tomam decisões de curto, médio e longo prazo, no amplo espectro de nossa pauta e da organização das nossas entidades, também elegendo os delegados ao Congresso Nacional da FNP.

Tem a responsabilidade de definir a estratégia e as principais reivindicações e bandeiras para o movimento sindical petroleiro no próximo ano.

Abaixo apresentamos as propostas da diretoria do Sindipetro-RJ, consolidadas e debatidas em Seminário.

DEMOCRACIA&CONSELHO&MOBILIZAÇÃO&BASE

Constituição de um Conselho de Representantes com um total de 200 membros:

- 47 diretores atuais e 153 eleitos proporcionalmente aos representados;
- O dirigente do Sindicato que quiser poderá abrir mão de sua prerrogativa estatutária e disputar sua vaga na base da categoria em que é lotado;
- Só podem votar e ser votados os associados ao Sindicato;
- O número de representantes eleitos em cada assembleia é de um para cada três sócios presentes, até o limite de delegados que esta base tem direito;
- A eleição de cada comissão local será válida caso alcance no mínimo 15% dos sócios da unidade;
- As assembleias (ou votações) que elegerão os representantes deverão ser convocadas com pelo menos duas semanas de antecedência e serão precedidas de ampla divulgação nos meios do Sindicato;
- Os representantes eleitos se constituirão em Conselhos Locais de Representantes e Conselho de Representantes, com as atribuições definidas no Estatuto do Sindipetro-RJ;
- Com isso o Conselho de Representantes estará devidamente eleito e apto a funcionar e cumprir o seu papel estatutário a tempo da próxima campanha de ACT;

• O mandato das Comissões Locais será de um ano e a regulamentação de sua próxima eleição será definida no próximo Congresso do Sindicato; e

• As reuniões do Conselho de Representantes serão conduzidas pela direção do Sindipetro-RJ.

INDEPENDÊNCIA DE CLASSE

Os sindicatos petroleiros devem ser linha de frente no combate ao imperialismo e à ultradireita golpista em todo o mundo, a partir de uma política classista na defesa dos trabalhadores contra os ataques dos governos a serviço do capital.

Devem apostar na construção de uma saída pela mobilização independente dos trabalhadores - e não na burguesia - para impedir o ascenso da ultradireita, sem subjugar as necessidades e as esperanças da nossa classe à agenda eleitoral.

O receituário neoliberal da Frente Ampla de Lula-Alckmin e um Congresso dominado pelo fisiologismo do Centrão não só não combatem como abrem caminho para a volta do bolsonarismo.

Para defender os interesses dos trabalhadores, seu sindicato não pode estar atrelado a nenhum governo ou patrão

Um sindicato precisa ser independente do governo e da gestão da empresa para poder defender incondicionalmente - e até o fim - os interesses e necessidades dos seus representados.

Ao condicionar sua atuação às diretrizes de seu partido, do governo e da gestão, subordina nossas necessidades às exigências do Centrão, dos acionistas bilionários e da troca de favores eleitorais.

Avançar ou recuar na luta passa a ser determinado pelos acordos nos gabinetes e não pela vontade ou capacidade de mobilização dos petroleiros em cada local de trabalho.

Defendemos:

- Sem anistia! Prisão para Bolsonaro e todos os golpistas. Nenhuma confiança no STF, a luta contra a ultradireita precisa ser feita pelos trabalhadores;
- Independência total do governo e combate aos ataques da Frente Ampla de Lula-Alckmin;

- Lutar contra o Arcabouço Fiscal, privatizações e leis;
 - Uma Petrobrás para os brasileiros e não para banqueiros e especuladores, 100% estatal e controlada pelos trabalhadores;
 - Construir uma grande campanha com a FNP, CSP-CONLUTAS e demais entidades e movimentos sociais para denunciar o 5º Ciclo da Oferta Permanente de Concessão. Nem uma gota de petróleo para as multinacionais(!);
 - Revogação das contrarreformas de Temer/Bolsonaro;
 - Não pagamento da dívida pública;;
 - Taxação de grandes fortunas. Sobretaxar as remessas de lucro para o exterior e as multinacionais;
 - Redução da jornada - Fim da escala 6x1 e rumo às 30h semanais sem redução salarial!
 - Aumento de salários de acordo com a inflação dos alimentos;
 - Construir uma alternativa política de organização dos trabalhadores, movimentos populares da cidade, do campo e combate às opressões, fortalecendo a CSP-CONLUTAS;
 - Fora Trump e Netanyahu da Palestina, Putin e Otan da Ucrânia
 - Lula, nem uma gota de Petróleo para Israel!
- PETROLEIROS EM DEFESA DE UMA PETROBRÁS PÚBLICA, 100% ESTATAL, SOB O CONTROLE DOS TRABALHADORES E RUMO À TRANSIÇÃO ENERGÉTICA**
- A missão da Petrobrás não pode ser somente de encher o bolso dos acionistas! Todo seu lucro está sendo direcionado para os grandes acionistas nacionais e internacionais. Ao atual ritmo de pagamento aos acionistas, a cada cinco anos o equivalente a uma Petrobrás inteira será doada, gerando prejuízos para os brasileiros e para a própria Petrobrás.
- A retomada da BR Distribuidora se tornou letra morta na pauta do governo e muitos ativos, incluindo refinarias, seguem nas mãos da iniciativa privada. O 5º Ciclo da Oferta Permanente pretende vender 332 blocos exploratórios, 65 na Margem Equatorial.
- Em defesa da Petrobrás e contra as privatizações, Plano de lutas e bandeiras

- Uma Petrobrás para os brasileiros e não para banqueiros e especuladores;
- A revogação das reformas trabalhistas e previdenciária;
- O fim dos retrocessos no regime de teletrabalho e seu regramento no ACT vigente;
- Respeito aos terceirizados e isonomia para com os empregados do sistema Petrobrás;
- O fim dos PEDs da Petros e dos PEDs da AMS;
- Reestatização de todas unidades que foram privatizadas, fim dos leilões como parte de uma Petrobrás 100% estatal;
- Que o governo impeça a Petrobrás de abastecer a máquina de guerra genocida de Israel contra os palestinos, com petróleo e derivados brasileiros; e
- Uma Petrobrás 100% estatal controlada por trabalhadores

UNIDADE PRA LUTAR

Ações permanentes

- Impulsionar cada vez mais o protagonismo do Sindipetro-RJ e da FNP na busca por estabelecer bases políticas e programáticas para forjar a unidade na luta, em defesa da Petrobrás e dos petroleiros, independente do governo de plantão;
- Reforçar nossa vocação de campeões da unidade para lutar e também de sermos ferrenhos inimigos da unidade com os patrões;
- Trazer à luz os obstáculos à unidade operados pela direção da FUP e desmascarar as narrativas diversionistas; e
- Revalidar a trilha de critérios e ações proposta pela direção do Sindipetro-RJ, desde 2024.

Alguns critérios e passos nítidos e concretos para pavimentar o caminho da

união da categoria

- Independência de verdade de qualquer governo, partido ou patrão;
- Fronteiras nítidas entre os papéis antagônicos de sindicalista e gestor;
- Força da mobilização como critério para avançar

ou recuar e não acordos em petit comité com a empresa;

- Nitidez e transparência na relação com os patrões;
- Mesa única de negociação;
- Calendário unificado de lutas;
- Comando de Greve Nacional eleito nas assembleias;
- Liberdade de opinião e autonomia dos sindicatos;
- Assembleia Nacional para avaliação do ACT, com soma de votos de todas as bases, com um resultado único e todos os sindicatos assinando (se for o caso) no mesmo dia, após o resultado;
- Democracia e transparência nas votações;
- Rejeitar propostas que visem o cerceamento do debate e das deliberações, bem como abstrações que deságüam na mesma política de submeter todos os sindicatos e a base da categoria à tutela dos governos e gestores;

- A partir destes entendimentos e da experiência prática da ação conjunta, construção de um protocolo que possibilite uma unificação da categoria petroleira, ou melhor relacionamento entre as federações, que reflita a representatividade, peso real, que respeite e busque combinar as tradições de funcionamento de cada federação etc

INTERNACIONAL

“O capital é global, e a exploração não tem fronteiras. Os ataques que sofremos no Brasil são semelhantes aos que ocorrem em outros países. As vitórias dos trabalhadores em um lugar inspiram e fortalecem a luta em outros. A solidariedade internacionalista não é apenas um dever moral, mas uma necessidade estratégica para enfrentar os patrões, as multinacionais e o imperialismo. A articulação em torno da criação da Federação Internacional dos Trabalhadores do Setor Energético e de Hidrocarbonetos da América Latina e do Caribe (Fitehlyc), que tem avançado, representa um espaço importante de articulação classista do setor de óleo e gás no continente. A Rede Sindical Internacional de Solidariedade e Lutas, criada em 2013 para unificar lutas em âmbito mundial, é outro instrumento chave.

- Fortalecer a atuação e participação na Fitehlyc, utilizando-a como ferramenta para unificar as lutas dos trabalhadores do setor energético na América Latina e Caribe contra as privatizações, a exploração das multinacionais e por soberania energética na região.

- Fortalecer a participação ativa na Rede Sindical Internacional de Solidariedade e Lutas.
- Divulgar as lutas internacionais e promover a solidariedade ativa (Palestina, Ucrânia, etc.).
- Lutar contra as guerras imperialistas e em defesa da autodeterminação dos povos.
- Promover intercâmbio de informações e experiências com sindicatos de outros países, especialmente aqueles do setor petrolífero.
- Desenvolver campanhas conjuntas com sindicatos internacionais em defesa dos direitos dos trabalhadores petroleiros e contra a exploração das empresas transnacionais do setor.
- Construir a unidade internacional da classe trabalhadora por uma sociedade socialista mundial.”

TERCEIRIZADOS

Fundo garantidor e escalas iguais como parte de uma luta pelo fim da precarização.

- Lutar pelo imediato retorno do fundo garantidor e existência de cláusulas no ACT que proibam escalas de trabalho diferentes das praticadas pelos próprios (fim do 6x1, fim das 44h no ADM, obrigatoriedade de 5 turmas nos turnos de terra e fim do 14x14 no off-shore); estabelecimento de um piso salarial regional e lutar para igualar direitos com os próprios como parte da luta contra a precarização e terceirização do trabalho, lutando por todos os direitos dos terceirizados;

- Organizar e apoiar política e materialmente a atuação em terceirizados da Petrobrás, visando também criar e fortalecer oposições classistas a sindicatos dirigidos por forças políticas pelegas e conciliadoras. Organizar reunião com CSP Conlutas e outras forças para estruturar este plano;

- Estamos ombro a ombro com os terceirizados na defesa dos direitos e dos empregos. Por uma campanha que faça a exigência da suspensão imediata das terceirizações na Petrobrás, incluindo as áreas de pesquisa.

AMS

- Lutar pela retomada da autogestão pelo RH da Petrobras do Plano AMS e fim da APS;

- O fim dos PEDs da Petros e dos PEDs da AMS

Tema 75 anos

Aprovar resolução contrária à demissão compulsória e preliminarmente no PCR (conforme aprovado no seminário regional) priorizar a assinatura de um acordo de não demissão.

PETROS

Defendemos a solidariedade dos trabalhadores da ativa em lutas importantes contra o fim dos equacionamentos como o saldo devedor da antiga AMS (APS) e o déficit da Petros. Queremos que a Petrobrás assuma a responsabilidade e os custos de seus erros em nosso plano de saúde e em nosso fundo de pensão. Petrobrás pague suas dívidas!

**FIM DOS PEDS: PETROBRÁS, PAGUE SUAS DÍVIDAS
NA PETROS! CONTRA A MIGRAÇÃO FORÇADA E
DO FIM DO BENEFÍCIO DEFINIDO (BD)**

Tese Petroleir@s Socialistas



Em defesa da FNP

15 anos de Independência de Classe e Unidade para Lutar

É GREVE!

Apertem os cintos, o acionista sorriu!

Na reta final deste Congresso, estamos também às vésperas de uma mobilização nacional, administrativo e operacional, convocada por ambas as federações, retomando, já que em nada foram atendidas, as greves de fevereiro e março.

Presidente, Alta Administração, governo federal, ministério, acionistas, Diretoria Executiva, RH... de onde se olha, ninguém se move para mudar a “missão” da Petrobrás para que esta seja integralmente voltada ao povo brasileiro e não incondicional e explicitamente aos rentistas - e estabeleça o respeito aos trabalhadores e às negociações.

Na pauta, alguns dos principais temas da categoria, puxados pelo retrocesso no teletrabalho e pela garfada na PLR, pela continuidade dos PEDs, acidentes fatais e gestão caótica do SMS, falta de efetivo, a garfada no 2040, no APT dos Novos, nas condições dos terceirizados e por aí vai.

PCCS, ACT 2025, PEDs - é hora de recuperar direitos!

Ao mesmo tempo em que já estamos em plena mobilização, depois de meses amargando a intransigência e as pernadas da direção da empresa, temos que nos preparar para um enfrentamento ainda maior. Se a política financista de Magda não permite que, apesar de recordes após recordes de produção e lucro, dividendos extras e antecipados, ela sequer tente atender a seus empregados em alguns pontos que já estavam pactuados, já dá pra ver o grau de enfrentamento que nos espera no próximo semestre, frente a desafios como o Plano de Cargos, o equacionamento da Petros e as diversas cláusulas do ACT que não estão sendo cumpridas ou estão entaladas na garganta da categoria desde governos passados e que não foram recuperados até o momento.

Comissões de Base para comandar a Greve!

Neste Congresso, a diretoria do Sindipetro RJ apresenta uma proposta de construção do Conselho de Representantes, impulsionando as Comissões de Base. Como verão ao longo desta tese, acreditamos que a verdadeira unidade é a unidade para lutar e organizada pela base. Por isso, é fundamental estruturar imediatamente as Comissões de Base para fortalecer organização da greve.



Teses do Coletivo Nacional PetroleirΩs Socialistas aos congressos de 2025

(Este texto não pretende abordar todos os temas congressuais ou cláusulas de ACT, mas apresentar análises e resoluções sobre alguns que serão as mais importantes certamente estratégicos para o sindicato e para a atividade de cada um de nós)

Entre em contato! *Coordenação Regional do Coletivo:* Ana Paula, André Buca, Brayer Grudka, Bruno Dantas, Claiton Coffy, Eduardo Henrique, Marcos Dias, Sergio Paes, Silvio Sinedino, JP Nascimento, Ricardo Bogado, Vinícius Camargo

Alguma coisa está fora da ordem

Vivemos hoje uma conjuntura mundial de grande instabilidade, marcada por uma economia descendente, a disputa interimperialista, Trump tentando recuperar a sua “ordem”, a guerra comercial tarifária EUA x China, um ataque brutal às condições de vida da classe trabalhadora, emergência climática... e, como se não bastasse, guerras contra o povo palestino e ucraniano e crescimento da ultradireita.



Um marco de polarização social e política, onde, por outro lado, inúmeras mobilizações, da Argentina à Turquia, passando por Grécia e Síria e, mais recentemente, no coração dos EUA, mostram que a classe resiste com diferentes métodos de luta.

A nova ofensiva israelense em Gaza, estimulada por Trump e anunciada como “Carruagem de Gideão” trata-se de um aprofundamento do genocídio e da limpeza étnica através da ocupação da Faixa de Gaza.

Os petroleiros devem encabeçar a campanha “Nenhuma Gota de Petróleo para o Genocídio”, em articulação dos demais sindicatos e movimentos sociais e pressionar o governo Lula a romper relações diplomáticas e militares com Israel - Fora Trump, Putin e Netanyahu da Palestina e da Ucrânia! Lula, nem uma gota mais de petróleo para Israel!

Enquanto isso, com o Brasil assumindo um papel subalterno na divisão mundial do trabalho, nosso povo sofre na pele os efeitos da política econômica, carestia, preço dos alimentos e todas as mazelas consequências dos ajustes neoliberais e medidas que não foram revertidas por este governo, como as contrarreformas de Temer, e inclusive algumas aprofundadas.

Apesar da declaração a favor do fim da 6x1, movimento que ganhou a simpatia da sociedade, Lula não se move para torná-lo realidade, mas segue aplicando o Arcabouço Fiscal. Para os grandes capitalistas, alta de juros, emendas e ministérios. Para os milhões de trabalhadores e aposentados, enrolação.

Políticas neoliberais funcionam como um torniquete sobre os investimentos sociais. Ao impor limites rígidos aos gastos públicos em áreas essenciais como saúde, educação e assistência social, o Arcabouço garante, na prática, que a prioridade orçamentária seja o pagamento dos juros e amortizações da dívida pública aos banqueiros e ao sistema financeiro. Isso não apenas impede o Estado de atuar efetivamente no combate à pobreza e à desigualdade, mas também perpetua o ciclo de subfinanciamento dos serviços públicos, precarizando ainda mais a vida da população que deles depende.

Por outro lado, os picaretas do Congresso, capitaneados pela direita tradicional e ultradireita, não se contentam e querem cada vez mais, enquanto dezenas de deputados da base do governo assinam projeto a favor da anistia.

Não pode haver anistia para golpista! É preciso prisão já, para Bolsonaro e demais envolvidos! Para impedir qualquer impunidade ou “acordão nos bastidores do poder” é fundamental que haja mobilização em massa dos trabalhadores para pressionar que todos sejam punidos.

O receituário neoliberal da Frente Ampla de Lula-Alckmin e um Congresso dominado pelo fisiologismo do Centrão não só não combatem como abrem caminho para a volta do bolsonarismo.

Combater a ultradireita exige ir além da defesa da democracia burguesa formal. É preciso construir a mobilização da classe trabalhadora e dos setores populares independentes, com um programa que ataque os problemas concretos do povo (fome, desemprego, carestia) e dispute a consciência das massas.

Confiar na Frente Ampla, nas suas relações com o Centrão e a burguesia ou nas instituições do regime é um erro que desarma e confunde a classe, e pavimenta uma estrada para o fortalecimento da própria ultradireita.

FORA, MAGDA! Os trabalhadores merecem respeito!

Depois de exaustivos meses sendo desrespeitados pela empresa, ouvindo mentiras e caindo em pegadinhas, está na hora de soltar aos quatro ventos o grito que está preso nas gargantas de cada um de nós, milhares de petroleiras e petroleiros,

- que tem que fazer greve para barrar o pacote de maldades de Magda;
- que foi ludibriado ao assinar o acordo de PLR pra agora garfarem 30% na mão grande;
- que assiste revoltado quando Magda não resolve nada mas não esquece dos “extras” pros acionistas;
- que está escandalizado com uma gestão totalmente a serviço dos bilionários;
- que vem sendo ameaçado pela imposição do literalmente inexplicável terceiro dia presencial;
- que se iludiu achando que a esta altura já estaríamos com novo plano de cargos;
- que se padece das mortes de colegas em acidentes estúpidos;
- que não aguenta mais pagar o PED assassino;
- que corre riscos por falta de efetivo;
- que tem trabalhado de graça todo dia que lhe negam o 2040.

Basta! Uma presidente totalmente a serviço dos capitalistas e que não demonstra nenhuma empatia por seus empregados não pode gerir a maior estatal do país! Fora!

Se atacam nossos direitos para garantir os lucros, está na hora de atacar os lucros para garantir nossos direitos! É greve! É greve!

Lula mantém a “missão” da Petrobrás priorizando distribuição de dividendos bilionários e segue com os leilões de petróleo!

Não é possível que entra governo, sai governo, a Petrobrás segue tendo como principal objetivo enriquecer quem já é rico. Missão, aliás, cumprida com excelência por Magda.

Lula tem que recuperar a BR e demais ativos e parar com os leilões! O 5º Ciclo da Oferta Permanente pretende vender 332 blocos exploratórios, 65 na Margem Equatorial.

Temos que combater a continuidade da entrega de nossa soberania nacional, privatizações e terceirização.

Magda distribuiu mais de 200% do lucro líquido aos acionistas, cerca de 20% do valor de mercado da Petrobrás. Com esse dinheiro entregue sem nenhuma contrapartida aos bilionários daria para adquirir de volta todas as empresas que foram privatizadas, incluindo BR Distribuidora, RLAM, REMAN, malhas de gás etc.

Não esqueçamos que 50% das ações da Petrobrás são capital estrangeiro e quase 2/3 são capital privado.

Drill, baby, drill!

Utilizando o slogan da campanha de Donald Trump, Magda corrobora a pressão dos governos, dos acionistas e das big sisters para se atropelar os riscos ambientais e explorar o “novo pré-sal” a todo vapor.

As multinacionais estão ansiosas porque este licenciamento vai inaugurar uma série de autorizações. O Brasil tem 45 blocos de exploração de petróleo na Margem Equatorial. Eles foram leiloados em 2013, sendo que a Petrobrás ficou com 17 e a Shell, 11, sendo que a maior parte da exploração da estatal se dará em conjunto com a concorrente.

Todos estamos preocupados com o crescimento da empresa e o desenvolvimento que ela pode induzir e também é verdade que a Petrobrás é uma das empresas com menor índice de acidentes de vazamento, assim como a emissão de gases de efeito estufa é responsabilidade também de outros setores, como o agronegócio, o qual o governo não hesita



Entretanto, enquanto prevalecer a lógica de venda de campos de petróleo e priorização da remuneração de acionistas em detrimento de investimentos de longo prazo – impondo um ritmo de exploração predatório focado unicamente em gerar caixa –, nenhum padrão de segurança será verdadeiramente respeitado e qualquer discurso de "desenvolvimentismo" será insustentável, o que torna o que tem levado a várias organizações de esquerda e movimentos ecossocialistas a se oporem ao avanço das atividades petrolíferas nesta área.

Ao invés de acelerar o cronograma de novas explorações, procurar por-nos de acordo sobre o tempo e o investimento necessário em um projeto de transição energética, executado por uma Petrobrás 100% estatal e quanto e em que ritmo será necessário ou não avançarmos sobre as novas fronteiras, quais os riscos e quais os benefícios trará de fato para o povo brasileiro e não com o pensamento atual de *acionistas first*.

PROPOSTA DE RESOLUÇÃO

> Construir uma grande campanha com a FNP, CSP-CONLUTAS e demais entidades e fazer um chamado aos movimentos sociais para denunciar o 5º Ciclo da Oferta Permanente de Concessão agendado para 17 de junho, que vai vender 332 blocos exploratórios, sendo 65 deles na Margem Equatorial. Nenhuma gota de petróleo nem para as multinacionais nem para o setor privado!

> Realizar, entre junho e agosto, um seminário sobre meio-ambiente, efeito estufa, emergência climática, transição energética, exploração das novas fronteiras e demais temas relacionados.

Petrobrás, pague sua dívida e acabe com os PEDs assassinos!

Desde antes da criação de um GT para discussão de alternativas à situação dos PPSPs até à atual Comissão Quadripartite, é consenso que os PEDs que tanto sacrificam a Categoria advêm, principalmente, de dívidas da Patrocinadora.

Há consenso ainda de que a maneira inquestionável de a Petrobrás fazer aportes financeiros aos PPSPs é através de Acordos/Decisões nas diversas Ações que os Sindipetros e Associações mantêm contra a Petrobrás que, por sua vez, chantageia a categoria com a condição de migração para um novo plano Plano CD, em prejuízo para os participantes.

Há dois aspectos relevantes em um possível Acordo: primeiro, definição exata ao que se está dando quitação pelo Acordo, já que podem existir dívidas ainda “ocultas”, e qual o valor que nós damos à Ação para avaliar o “desconto” que estará implícito, já que em um Acordo cada lado perde um pouco; segundo, já que nossas Ações são todas em nome dos PPSPs contra a Petrobrás, como é possível que apenas os migrantes se beneficiem do resultado de tal Acordo? Ou os “ficantes” poderão manter essas ações?

Não há que se aceitar previamente qualquer proposta como “última saída” sem que todas as cartas estejam na mesa de fato e, mais que nunca, há de se unir aposentados e ativos e mobilizar a categoria porque negociação sem mobilização, sem pressão sobre o governo e o judiciário, além da direção da própria empresa, é deixar a empresa muito à vontade para continuar remunerando nababescamente os bilionários e apertando o cinto de todos nós.

Cadastro de reservas

- Exigir a convocação imediata e integral de todos(as) os(as) aprovados(as) que constam no cadastro de reservas dos últimos concursos públicos realizados pela Petrobras e pela Transpetro. Esta medida é fundamental e urgente para recompor o efetivo mínimo necessário nas empresas, suprimindo a carência de pessoal agravada por anos de redução de quadros e políticas de enxugamento, de forma a garantir a segurança operacional, a eficiência das atividades, combater a sobrecarga de trabalho e o adoecimento da força de trabalho atual, além de respeitar o direito dos(as) concursados(as) aprovados(as) e otimizar os recursos públicos já investidos na realização dos certames, fortalecendo as companhias estatais contra a precarização e a terceirização.

Para defender os interesses dos trabalhadores, o sindicato não pode estar atrelado a nenhum governo ou patrão

Um sindicato precisa ser independente do governo e da gestão da empresa para poder defender incondicionalmente - e até o fim - os interesses e necessidades dos seus representados.

Ao condicionar sua atuação às diretrizes de seu partido, do governo e da gestão, este tipo de dirigente subordina nossas necessidades às exigências do Centrão, dos acionistas bilionários e da troca de favores eleitorais.

Avançar ou recuar na luta passa a ser determinado pelos acordos nos gabinetes e não pela vontade ou capacidade de mobilização dos petroleiros em cada local de trabalho.

INDEPENDÊNCIA... PRA VALER!

O Sindipetro-RJ, em 66 anos de história, foi marcado pela sua combatividade e independência diante de governos e patrões, durante a ditadura e após a redemocratização - da greve de 95 sob o governo do PSDB à de 2015 sob o PT e em 2020 sob Bolsonaro, sem permitir que projetos eleitorais interferissem no enfrentamento.

Sem comprometer sua independência, chamou voto no 2o turno em Lula/Alckmin para impedir a escalada ditatorial, assim como combaterá qualquer ameaça golpista, como a de 08/01, com autonomia para denunciar bolsonaristas no governo e na Petrobrás.

Entretanto, a corrente “*Resistência*” tenta imprimir uma orientação política ao sindicato que parte não da defesa intransigente da pauta da categoria, mas da mobilização em defesa do governo (e da gestão) contra “a direita”.

Claro que, frente a um golpe em andamento, não há dúvidas que o papel do sindicato seria defender a manutenção do governo eleito. Entretanto, transformar um inimigo real em uma justificativa multi-uso para blindar o governo e silenciar críticas e exigências do sindicato, é um grande desserviço aos trabalhadores.

Tais teses entendem que o programa da Frente Ampla estaria “a serviço do povo” e que o nosso papel seria “mobilizar os trabalhadores para apoiar o governo” na aplicação deste programa.

Defendem fazer apologia das mínimas medidas “progressivas” e relativizar, passar pano ou colocar para debaixo do tapete as “impopulares”; agitar uma narrativa desproporcional aos fatos para “esperançar” o trabalhador. Um típico atrelamento disfarçado com o qual não devemos transigir.

Ninguém está propondo que o Congresso defina que o sindicato passará a ser “oposição ao governo”. Embora alguns diretores sejam sim oposição de esquerda à Frente Ampla - e não faltam motivos para tal-, os ritmos e a pluralidade da entidade são sempre respeitados. Por isso, precisam criar um espantalho para tentar levar o movimento sindical a este atrelamento não autorizado.

Independente que é, o Sindipetro RJ tem as mãos livres para transformar toda a quebra de confiança, desilusão e insatisfação em pautas, bandeiras e plano de ação, como tem feito exemplarmente ao longo da gestão e em especial no último período.

UNIDADE... PRA LUTAR!

Assim como “independência”, outra palavra que todos concordam é “unidade”. Mas o que entendemos por unidade pode ser muito diferente. Para nós, unidade é para lutar em torno das bandeiras da categoria. Não serve a unidade para paralisar e enrolar a categoria.

Além disso, a unidade deve envolver o conjunto da categoria nas discussões e nas decisões. Unidade deve ser construída pela base, não apenas em reuniões de cúpula sindical que em muitas ocasiões serve apenas para desmobilizar.

Inexplicavelmente, algumas teses não se referem ou não dão a devida hierarquia a um dos principais entraves do movimento petroleiro. Pode ser que os delegados que estejam pela primeira vez em um congresso petroleiro não tenham conhecimento dos fatos ocorridos nos últimos 20 anos, mas este não é o caso dos elaboradores de tais teses. Para eles, o fato de dirigentes terem passado para o outro lado do balcão não influencia em nada.

O *script*, já conhecemos: antes do apito final, antes de chamar o VAR, antes mesmo de terminar o 1o tempo, quando o RH bate na mesa, chega-se à conclusão que “não há clima” e que “chegamos ao limite”, seguido pela comemoração da “vitória” e algumas horas depois uma assembleia relâmpago em algum canto do país já aprovou a proposta e, em menos tempo que você demora para abrir o notebook, tem um email informando que sindicatos x, y e z já assinaram...

Há, entretanto, quem pretenda fazer com que nosso sindicato se submeta a este roteiro. Quem não rezar nesta cartilha, é contra a “união”...

A ocupação de cargos gerenciais por ex-sindicalistas não garantiu o controle da empresa pelos trabalhadores, mas sim o controle dos sindicatos pelos patrões.

Nunca aceitamos e continuamos nos insurgindo contra este teatro, que nada tem a ver com a unidade para lutar que é exigida pela categoria.

Somos os maiores campeões da unidade para lutar, mas os mais ferrenhos inimigos da unidade com os patrões.

> As falsas e regressivas “unidades”

- O Congresso deve estar alerta contra resoluções propositalmente superficiais, que apenas afirmam a vontade de “unificar as federações”, sem dizer como nem pra quê.

Uma resolução oca não pode servir pra muita coisa. É o caso do plebiscito de Caxias e das assembleias em SJC. Os votos dos trabalhadores foram engavetados e lá ficarão.

Sem definir as bases programáticas da unificação, ou ela não vai acontecer ou vai vigorar ainda mais o “quando um não quer, dois não lutam”.

Por outro lado, essa resolução oca, a qualquer momento, será preenchida entre amigos, enquanto negociam micropoderes, sem ter que ouvir mais ninguém.

É a unidade modelo “na volta a gente compra”

- Os delegados também devem insurgir-se contra qualquer proposta explícita ou disfarçada que sugira acordo com o que apelidamos de “protocolo fantasma”, um rol de exigências da FUP para se sentar à mesa única, que impõe a mordaca (proibiria o RJ de publicar sua opinião) e a camisa-de-força (obrigaria nosso sindicato a seguir o indicativo dos sindicatos da FUP).

É a unidade modelo “paz dos cemitérios”.

Por que a direção da FUP dividiu os petroleiros? Como surgiu a FNP?

Quando um grupo se utiliza de todos os meios para controlar uma federação, mediante fraude, e fazer valer a vontade do patrão, está condenando a entidade. Foi isto que aconteceu em 2006.

O maior conflito, na época, era a chamada “Repactuação” e havia um hercúleo esforço da Petrobrás para conseguir retirar parte do direito da aposentadoria de milhares de trabalhadores.

Comprando o barulho do RH, sem titubear, a direção da FUP perseguiu os dirigentes que se opuseram e, ao arrepio do estatuto, impediu a participação, do congresso, de dois sindicatos filiados (AL/SE E PA/AM/MA/AP) e não atendeu ao apelo de outro para que não se votasse o apoio à Repactuação, uma perda histórica e irrecuperável da categoria, bilhões de economia para os acionistas.

Para poder “tratar” com a força necessária e garantir as ordens do governo, a corrente majoritária sepultou definitivamente a democracia interna da entidade. Mostraram que não haveria mais espaço de disputa dentro da entidade em todos os temas que interessassem à direção da empresa.

Foi assim que a direção da FUP rachou a unidade nacional petroleira e foi assim que, para reconstruir uma direção independente, democrática e de luta, criou-se a FNP.

> Ações permanentes

- Impulsionar cada vez mais o protagonismo do Sindipetro-RJ e da FNP na busca por estabelecer bases políticas e programáticas para forjar a unidade na luta, em defesa da Petrobrás e dos petroleiros, independente do governo de plantão;
- Reforçar nossa vocação de campeões da unidade para lutar e também de sermos ferrenhos inimigos da unidade com os patrões;
- Trazer à luz os obstáculos à unidade operados pela direção da FUP e desmascarar as narrativas diversionistas; e
- Revalidar a trilha de critérios e ações proposta pela direção do Sindipetro-RJ, desde 2024.

> Alguns critérios e passos nítidos e concretos para pavimentar o caminho da união da categoria

- Independência de verdade de qualquer governo, partido ou patrão;
- Fronteiras nítidas entre os papéis antagônicos de sindicalista e gestor;
- Força da mobilização como critério para avançar ou recuar e não acordos em petit comité com a empresa;
- Nitidez e transparência na relação com os patrões;
- Mesa única de negociação;

- Calendário unificado de lutas;
- Comando de Greve Nacional eleito nas assembleias;
- Liberdade de opinião e autonomia dos sindicatos;
- Assembleia Nacional para avaliação do ACT, com soma de votos de todas as bases, com um resultado único e todos os sindicatos assinando (se for o caso) no mesmo dia, após o resultado;
- Democracia e transparência nas votações;
- Rejeitar propostas que visem o cerceamento do debate e das deliberações, bem como abstrações que deságuaem na mesma política de submeter todos os sindicatos e a base da categoria à tutela dos governos e gestores;
- A partir destes entendimentos e da experiência prática da ação conjunta, construção de um protocolo que possibilite uma unificação da categoria petroleira, ou melhor relacionamento entre as federações, que reflita a representatividade, peso real, que respeite e busque combinar as tradições de funcionamento de cada federação etc.



Organizar a luta contra o machismo, racismo, lgbtfobia, capacitismo, etarismo e toda forma de preconceito, opressão e exploração!

O sistema capitalista se aproveita e retroalimenta as diferenças que existem entre os trabalhadores para aprofundar os mecanismos de opressão da classe. (racismo, machismo e LGBTfobia) e o capitalismo são elementos interligados, por isso a necessidade de enfrentar essa relação com uma pauta que contemple dimensões raciais, sociais e econômicas.

O Capitalismo trata as diferenças entre pessoas como desigualdades, com o objetivo de superexplorar um setor da classe trabalhadora, e assim rebaixar as condições de vida do conjunto da nossa classe. Por isso, a unidade da classe trabalhadora, homens, mulheres, negros e negras, LGBTs e transgêneros, indígenas, imigrantes é imprescindível para combater este sistema de exploração e opressão.

A extrema direita, com figuras nefastas como Bolsonaro, Damascos e setores conservadores, legitimam ações de violência através de pronunciamentos, comportamentos preconceituosos e discriminatórios. E mesmo fora da presidência, continuam disseminando a homofobia para ganhar apoio do setor conservador. Por outro lado, o governo Lula/Alckmin, formado por uma frente amplíssima e de conciliação de classe, não conseguirá atender as demandas dos setores oprimidos.

O Sindipetro-RJ deve estar na vanguarda na luta contra o machismo, racismo, xenofobia, LBTFobia e todas as formas de discriminação e opressão

- Denunciar e combater qualquer forma de violência machista, racista e LBTFóbica.
- Dar formação sobre os temas das opressões com objetivo de possibilitar o avanço na consciência dos/das dirigentes sindicais, ativistas petroleiros, e da base do nosso sindicato para fortalecer o combate ao machismo, racismo, xenofobia, LBTFobia
- Cobrar da Petrobras o devido tratamento aos casos de assédio, violência no trabalho tanto para os empregados diretos quanto para os terceirizados, sem qualquer de represália

MACHISTAS E MISÓGINOS - NÃO PASSARÃO! PARA ENFRENTAR A OPRESSÃO E A EXPLORAÇÃO CAPITALISTA, ORGANIZAR AS MULHERES TRABALHADORAS

Nós, mulheres trabalhadoras, que sofremos muitos ataques e vimos crescer os discursos reacionários da ultradireita, machistas e misóginos, torcemos para a prisão de Bolsonaro e vamos militar para que sua laia jamais volte ao poder.

Mas acreditamos que as conquistas só virão com muita mobilização, porque este governo de Frente Amplíssima não atende a uma das principais demandas das mulheres trabalhadoras - a revogação integral das reformas - e utiliza pautas históricas, como a legalização do aborto, em negociatas com o centrão e os setores conservadores.

A luta contra as opressões é uma luta de petroleiras e petroleiros, pois nossa classe é composta pela diversidade de gênero, raça/etnia e orientação sexual, e estamos todos sob o jugo da exploração capitalista.

Para além do identitarismo - nossa libertação é a libertação de toda a classe trabalhadora e vice versa

Algumas organizações feministas, baseadas em uma concepção policlassista e reformista, ignoram ou secundarizam o recorte de classe, fazendo com que a luta contra o machismo seja uma luta contra os homens. Com isso, canalizam nossas demandas apenas para medidas institucionais e que reforçam as estruturas do capitalismo.

Para as **Petroleiras Socialistas**, este combate também se dá levando em conta as classes sociais, pois a opressão é um instrumento que tenta justificar ou legitimar uma exploração ainda maior dessa enorme parcela da classe trabalhadora.

Não à toa, a burguesia apropria-se das ideias - fundamentais para nossa luta - de "inclusão", "busca da diversidade", "empoderamento", "lugar de fala" etc, para tentar limitar - e não promover! - o papel das mulheres, quando crescem a indignação e a luta contra as opressões, para desviá-las por meio de algumas concessões e da domesticação dos movimentos e suas organizações.

Obviamente, os direitos democráticos e imediatos significam conquistas contra a opressão. Mas é preciso ser consciente que essas concessões serão parciais e retiradas na primeira crise.

Isso significa que nossa libertação é a libertação de toda a classe trabalhadora.

Unidade das petroleiras para lutar

Retomar, atualizar e iniciar um plano de ação pela [pauta do Encontro Nacional das Mulheres FNP e FUP 2023](#)

- **Contra todo discurso de ódio às mulheres. Prisão aos golpistas!**
- **Revogação já das reformas trabalhista e previdenciária que aprofundam as desigualdades sobre mulheres trabalhadoras**
- **Educação sexual e acesso a contraceptivos para decidir, aborto legal e seguro para não morrer**
- **Que a composição das comissões de investigação de assédio contra mulheres seja majoritariamente feminina**
- **Garantia de estabilidade e medidas protetivas às mulheres denunciante de assédio**
- **Opção de teletrabalho integral para lactantes até 36 meses**
- **Opção de teletrabalho integral para mães e pais de filhos com deficiência**
- **Garantia de parto humanizado na AMS**
- **Salas de amamentação em todas as unidades, todos os dias da semana**
- **40 hrs/ano por ano para acompanhar filhos e/ou dependentes em tratamento de saúde**
- **Abono de dias para acompanhamento de filhos e/ou internações médicas**
- **PAE - celeridade e validade das autorizações de tratamento por no mínimo 12 meses**
- **Mais mulheres a bordo**
- **Garantia dos camarotes femininos, fixos e com separação por regime de trabalho**
- **PROPOSTA DE RESOLUÇÃO:**
 - Realizar o Encontro das Mulheres Embarcadas no final de junho
 - Realizar o Encontro Nacional das Mulheres no final de julho

Internacionalismo

O capital é global, e a exploração não tem fronteiras. Os ataques que sofremos no Brasil são semelhantes aos que ocorrem em outros países. As vitórias dos trabalhadores em um lugar inspiram e fortalecem a luta em outros. A solidariedade internacionalista não é apenas um dever moral, mas uma necessidade estratégica para enfrentar os patrões, as multinacionais e o imperialismo.

A articulação em torno da criação da Federação Internacional dos Trabalhadores do Setor Energético e de Hidrocarbonetos da América Latina e do Caribe (Fitehlyc), que tem avançado, representa um espaço importante de articulação classista do setor de óleo e gás no continente.

A Rede Sindical Internacional de Solidariedade e Lutas, criada em 2013 para unificar lutas em âmbito mundial, é outro instrumento chave.

Assim, propomos:

- Fortalecer a atuação e participação na Fitehlyc, utilizando-a como ferramenta para unificar as lutas dos trabalhadores do setor energético na América Latina e Caribe contra as privatizações, a exploração das multinacionais e por soberania energética na região.
- Fortalecer a participação ativa na Rede Sindical Internacional de Solidariedade e Lutas.
- Divulgar as lutas internacionais e promover a solidariedade ativa (Palestina, Ucrânia, etc.).
- Lutar contra as guerras imperialistas e em defesa da autodeterminação dos povos
- Promover intercâmbio de informações e experiências com sindicatos de outros países, especialmente aqueles do setor petrolífero.
- Desenvolver campanhas conjuntas com sindicatos internacionais em defesa dos direitos dos trabalhadores petroleiros e contra a exploração das empresas transnacionais do setor.
- Construir a unidade internacional da classe trabalhadora por uma sociedade socialista mundial.



CSP-CONLUTAS

No Brasil, as maiores Centrais Sindicais trilharam e aprofundaram o caminho da conciliação de classes ou diretamente patronais e governistas o que, por consequência, faz com que o movimento operário brasileiro passe por um processo de reorganização, levando ao surgimento de novas organizações.

Nesse processo surge e vem se afirmando a CSP-CONLUTAS Central Sindical e Popular, alinhada com os princípios e programa de atual gestão à frente do Sindipetro RJ, num momento de

particular importância da luta das trabalhadoras e trabalhadores brasileiros, quando é necessário reafirmar a relevância do classismo, independência de governos e patrões, democracia e internacionalismo.

Configura-se também uma oportunidade de integrar os petroleiros com outras categorias filiadas à Central, como Metalúrgicos, siderúrgicos, trabalhadores dos Correios, operários da construção civil, trabalhadores e trabalhadoras da saúde e educação públicas, petroleiros, químicos, bancários, funcionalismo das três esferas, trabalhadores rurais, os que lutam por reforma agrária e moradia, contra as opressões, povos indígenas, desempregados, aposentados e aposentadas e juventude.

Estabelecemos com a CSP-CONLUTAS uma parceira estratégica e devemos fortalecer esta relação privilegiada e, para isso,

- abrir um amplo processo de discussão na base visando a deliberar, até o Congresso que vem, sobre a filiação do sindicato à Central;
- fazer avançar nosso apoio militante e financeiro aos projetos desta parceria e, além dos projetos já em curso e aqui citados, à luz das nossas possibilidades materiais e delegados por esse Congresso, nosso Colegiado definirá um aporte específico mensal para que, coerente com nossas observações sobre a importância do fortalecimento desse projeto, possamos adotar uma medida de permanente suporte à essa ferramenta nacional de independência de classe.
- apoio a chapas, oposições sindicais ou lutas e ações do movimento em geral;

- participar das instâncias da Central e da RSISL (Rede Sindical Internacional de Solidariedade e Luta) nas condições especiais que possam estabelecer-se;
- construir uma alternativa política de organização dos trabalhadores, movimentos populares da cidade, do campo e combate às opressões;
- organizar e financiar uma atuação conjunta em terceirizados da Petrobras, visando também criar e fortalecer oposições classista.

Tese

Unidade Classista

TESES DA UNIDADE CLASSISTA PARA O CONGRESSO DO SINDIPETRO-RJ 2025

Breves apontamentos sobre a conjuntura da história recente

A crise sistêmica do capitalismo mundial e o enfraquecimento do bloco imperialista Atlantista tem se manifestado no acirramento do militarismo; na piora das condições de vida da classe trabalhadora e no aumento da violência do estado contra essa; no aumento da miséria e do desemprego; nos ataques aos direitos e conquistas sociais da maioria da população; no aumento dos ataques a maiorias oprimidas; numa absurda e crescente acumulação de renda nas mãos de poucos monopólios; na multiplicação de privatizações que caracterizam uma verdadeira rapinagem do bem público; e no avanço acelerado da fascistização do cenário político através de uma onda conservadora em diversos aspectos: morais, ideológicos, eleitorais, jurídicos e econômicos.

Dentro dessa situação, a ofensiva global da burguesia contra os trabalhadores e a total falha de governos de conciliação de classes de resolver as mais latentes demandas da maioria da população colocam em xeque e expõem as contradições e limites desses projetos reformistas e social-liberais.

A crise atualmente enfrentada por vários países da América Latina que experimentam/experimentaram governos do “campo progressista” demonstra esse limite da busca em atender a necessidades reais da população sem, no entanto, romper (nem ao menos buscar um enfrentamento) com o sistema capitalista.

A crise econômica e social e do capitalismo pós 2008 chegou, ainda que tardiamente, ao Brasil. Seus efeitos, sensíveis a partir de 2013, acentuaram a crise do modelo de conciliação petista.

Nesse contexto, a burguesia brasileira, querendo recompor suas taxas de lucro, cobrava um ajuste fiscal e social ao Partido dos Trabalhadores que, devido às suas bases sociais, não estava em condições de realizar na velocidade e profundidade que o dito “mercado” estava exigindo. Foi nessa conjuntura que as classes dominantes organizaram o golpe na então presidente Dilma e a Operação Lava Jato, orquestrados em um conluio de uma ampla maioria do legislativo, do judiciário e de órgãos de segurança pública, além dos grandes meios de comunicação, todos esses com posições-chaves ocupadas por integrantes da frente empresarial e ultraliberal que se formou no Brasil. Uma grande orquestração sob a regência do fiador do golpe: o imperialismo estadunidense.

Vale fazer uma ressalva de que o governo Dilma já vinha fazendo concessões de repressão da oposição política desde as manifestações de junho de 2013, pela vitória apertada nas eleições de 2014 e pressionada pela farsa que foi a Operação Lava Jato e todo o aparato de fake news midiáticas montado para enfraquecer o governo. Assim, o projeto petista, em vez de apostar em uma forte mobilização da população para garantir a aplicação de uma política popular, acabou por ceder e fazer uma política rebaixada, entregando um ajuste fiscal totalmente antipopular com o banqueiro Joaquim Levy no Ministério da Fazenda. Assim, o povo trabalhador brasileiro desmobilizado se viu vítima da estratégia do PT em tentar conciliar interesses inconciliáveis, o que facilitou para a burguesia descartar o governo petista sem qualquer resistência e abrir caminho para a ascensão do viés ultraliberal e fascista que veio a governar o país nos anos seguintes, com Temer e Bolsonaro.

Assim, o projeto neoliberal praticou sua mais intensa ofensiva após o golpe de 2016, com o projeto “Ponte para o Futuro” do governo Temer, e adquiriu mais força política e eleitoral quando a burguesia brasileira sobrou apoiar a candidatura de Bolsonaro em 2018, devido ao fracasso eleitoral de seu representante orgânico - o PSDB, representado na candidatura de Geraldo Alckmin (atual vice-presidente da República).

Como segundo movimento do golpe, entraram em cena Sérgio Moro e Deltan Dallagnol que, sob orientação estadunidense, retiraram Lula da disputa que liderava e o colocaram na cadeia de maneira totalmente ilegal, injusta e arbitrária para garantir a vitória de Bolsonaro. Abriram caminho para que fosse iniciado um genocídio aberto contra as classes dominadas. O conluio da ala de Curitiba se consolida com a promoção de Moro a “superministro” e com as promessas públicas de indicação ao STF.

Entender Bolsonaro e o bolsonarismo como se fosse um fenômeno à parte do sistema político do país, isto é, algo fora de um projeto político-econômico de classe e fruto meramente de um reacionarismo populista organizado, é uma das razões que dificultam o enfrentamento e a derrota em definitivo desse projeto inimigo da nossa classe. Também faz parte dessa incompreensão as causas políticas, econômicas e sociais que proporcionaram a emergência do bolsonarismo, causas estas que estão ligadas de forma íntima à crise brasileira.

Ao analisarmos o fenômeno saindo dessa visão despolitizante, conseguimos compreender o bolsonarismo como ele é: uma radicalização de um projeto neoliberal de destruição dos direitos sociais, desmonte e privatização dos aparelhos do Estado, tudo isso em aliança com os conglomerados de capitais internacionais e com o militarismo sedento por se reapoderar da máquina estatal.

A aliança entre Bolsonaro e Paulo Guedes – um liberal da escola de Chicago com passagem pela ditadura chilena de Pinochet – representou o apoio das classes dominantes brasileiras a um projeto fascista e reacionário pela continuação da agenda as contrarreformas neoliberais no nosso país.

Isso evidencia a relação de continuidade entre os governos Temer e Bolsonaro, explicitada pela implementação de diversos ataques aos direitos da classe trabalhadora e aos aparatos estatais. Os expoentes dessa guinada ultraliberal foram as Reformas Trabalhista e da Previdência, o Teto de Gastos, a institucionalização da subserviência do Banco Central às elites financeiras, a privatização da Eletrobrás e o desmonte da Petrobrás. Ressalta-se que todos esses desmontes tiveram não só o suporte como o protagonismo dos partidos da direita tradicional – apelidados pela mídia burguesa de “Centro Democrático”.

Estes quatro anos de governo Bolsonaro foram o que ele sempre prometeu: anos de paraíso para as classes exploradoras. O povo brasileiro recebeu exatamente o contrário, anos horríveis e de tragédia para a grande maioria. Um massacre causado por doença, fome, e muito chumbo, da violência urbana, do genocídio preto, indígena e periférico, aumento dos feminicídios e dos crimes de ódio, além de uma completa devastação do meio ambiente. O governo Bolsonaro- Guedes foi o principal responsável pelas mais de 700 mil mortes por covid, fazendo propaganda escancarada de medicamentos ineficazes e sem comprovação científica, tudo isso enquanto atrasava a compra de vacinas para a população. Não usamos meias palavras: Bolsonaro e a burguesia brasileira operaram a morte da população enquanto enchiam seus bolsos com a nossa desgraça

Nisso, entramos na disputada eleição de 2022. Não podemos deixar de saudar o que foi um grande alívio a vitória eleitoral em cima do neofascismo brasileiro, no entanto não podemos cair na ilusão de considerar que a derrota da extrema direita foi mais do que o que realmente foi: uma vitória eleitoral que não significa uma derrota definitiva das forças políticas que o fascismo à brasileira tem. O inimigo foi – parcialmente – derrotado nas urnas, mas continua com um amplo apoio de variados setores da burguesia, especialmente do agronegócio e do sistema financeiro, de boa parte das Forças Armadas e das polícias, de camadas médias e camadas populares vítimas de propaganda antipetista dos monopólios de mídia, além de um forte apoio no Congresso Nacional e entre governadores de estados.

Para além disso, o governo Lula vem se apresentando de forma rebaixada e desmobilizadora. A despeito dos exemplos de Claudia Sheinbaum no México e de Gustavo Petro na Colômbia, o presidente brasileiro não se utiliza dos megafones da presidência para conclamar o povo às disputas políticas. Convocações de cadeias nacionais de comunicação

são escassas e a política de cúpula segue sendo privilegiada. Do ponto de vista da gestão econômica, a pedra fundamental é o liberalismo de Fernando Haddad. O ministro segue abraçado à lógica de autoridade seguindo a cartilha do Consenso de Washington.

Na busca por zerar o Déficit Primário, Haddad – munido do Novo Arcabouço Fiscal – vem atacando diretamente marcos civilizatórios como o BPC enquanto sinaliza aos “Deuses do Mercado” que as próximas vítimas serão os Pisos da Saúde e Educação. Além das promessas de cortes, o governo tem se mostrado tímido perante projetos de investimento e Desenvolvimento Nacional. São medidas como essas que revelam a degeneração de um projeto Social Democrata, em prol do neoliberalismo. Em um país em franca desindustrialização e com dificuldades de criar empregos formais, as consequências nefastas dessa política econômica criam as bases sociais para novas ascensões do movimento facista.

Na nossa categoria, anos de gestão sob o comando do PT geraram um processo de apassivamento, com reposições salariais graduais mediante acordos de cúpula com o governo, sem um trabalho de organização e luta da categoria para avançar em conquistas mais profundas, gerando uma domesticação do sindicalismo (um dos motivos de os sindicatos deverem estar sempre à esquerda do governo de plantão, qualquer que seja). Esse mesmo período se caracterizou por gestões eivadas de contradições:

Por um lado e em alguns momentos, preservavam o caráter estatal da Petrobrás, com abertura de concursos, valorização relativa de salários e benefícios, marco regulatório do Pré-Sal – distante do ideal, mas muito melhor que o regime de concessões –, elevação considerável dos investimentos, permitindo a descoberta do Pré-Sal e expansão do parque de refino, fatos que tornaram o Brasil superavitário no saldo de produção e consumo de hidrocarbonetos.

Mas por outro lado cediam ao ímpeto privatista. Como pelo fato de ampliar demasiadamente a terceirização, privatizar boa parte dos nossos ativos, como a Gaspetro, efetuar leilões do Pré Sal – a exemplo de Libra –, e iniciar o desmonte e entrega da BR Distribuidora. Este processo culminou em dilapidar a legislação do Pré-Sal, num vergonhoso acordo entre Dilma e Serra que permitiu retirar a Petrobrás como operadora única dessa província e aumentar sem limites o percentual de participação de petrolíferas estrangeiras ou privadas, sem contar a continuidade da prática de loteamento das diretorias da companhia para garantir alianças políticas mas que serviam a interesses escusos particulares e perigoso endividamento em moeda estrangeira, tornando a gestão cada vez mais refém de interesses de setores financeiros.

O período pós golpe, iniciado pelo governo Temer e seguido por Bolsonaro, foi de acelerada privatização e ataques aos direitos conquistados pelos trabalhadores. Este período ultraliberal viu a Petrobrás desferir contra a população brasileira um dos maiores crimes de lesa pátria da história recente do Brasil, aplicando aos preços dos combustíveis a política de Preço de Paridade de Importação (PPI).

A importância da Petrobrás não pode ser subestimada, tampouco pode ser esquecido seu potencial indutor de desenvolvimento econômico e enormes externalidades positivas para a economia popular como um todo. É importante não esquecer como historicamente os oligopólios de mídia, a burguesia nacional subserviente e os capitais transnacionais trabalharam incansavelmente para que a empresa nem nascesse. E agora clamam ininterruptamente pelo esquiteamento e entrega da Petrobrás aos acionistas estrangeiros em nome de uma competitividade sistêmica que nunca chegou.

A intenção dos fundos de investimento que se apoderaram da Petrobrás, ao contrário, é extrair a maior quantidade de lucro no menor prazo possível. Para isso precisam elevar a renda petroleira, aumentando a receita bruta, que se faz elevando os preços conforme o preço de importação, e reduzindo os custos. E os custos variáveis mais fáceis de prescindir são aqueles relacionados ao trabalhador. Para isso serve também a reforma trabalhista, para esmagar ainda mais os custos e criar superlucros, todos extraídos do sangue e suor do trabalhador para alguns fundos de investimento e seus rentistas no Brasil.

Os anos sob os governos Temer e Bolsonaro foram de guerra declarada entre a administração da Petrobrás (totalmente entregue ao mercado) e os trabalhadores, aposentados e pensionistas. A empresa terceirizou a gestão do plano de saúde, aumentou pesadamente o custo para o usuário e deixou sua cobertura seriamente comprometida. Os fundos de pensão ligados à empresa foram totalmente desestruturados, mal administrados e sob forte suspeita de má fé. Os salários com seu poder de compra fartamente depreciado pela inflação. Com reajustes abaixo da inflação, ou às vezes reajuste algum. Assédio, perseguição etc. foram marcas registradas do que a empresa se tornou para o seu empregado.

A eleição de Lula em 2022 levou esperança a setores importantes da categoria. No entanto, as consequências de um governo submetido aos interesses da burguesia logo se impuseram sobre a empresa. Destaca-se como primeira inflexão o ACT rebaixado de 2023. O acordo incorporou reajustes modestos e ignorou pautas relevantes para a categoria, como o Teletrabalho. Qualquer ilusão de uma direção alinhada com os interesses dos trabalhadores foi suplantada durante a gestão de Magda Chambriard – marcada pela ingerência sobre setores técnicos e decisões arbitrárias. As pretensões depopularidade da presidente foram descartadas com a alteração autoritária do modelo de trabalho híbrido e a redução dos valores distribuídos como PLR.

Por isso tudo, é claro para a UC que não basta que votemos corretamente nas eleições e que os abutres dos capitais internacionais vão se organizar para apropriar parcelas crescentes da nossa vultosa renda petroleira. Qual o poder que Lula efetivamente tem dentro dessa conjuntura? E quanto ele estaria inclinado a arcar em prol da nossa luta? Qual será o preço a pagar pela soberania interna e no trato da política externa? Os desafios que se apresentam aos petroleiros, para além daqueles mais diretamente conectados com os ganhos pessoais, são maiores do que quaisquer um já vistos. Desde as mudanças climáticas que prometem verdadeiras hecatombes nesse século, até mesmo a crise profunda em que se encontra o capitalismo. Os trabalhadores da Petrobrás, se querem ter os direitos, terão que arrastar toda a classe trabalhadora brasileira para um novo estágio de desenvolvimento e de distribuição de recursos. Somente desta forma e administrando diretamente a empresa e pontos-chaves da economia, poderemos superar essa complicada situação.

O terceiro mandato de Lula se apresentou, a princípio, como ponto de inflexão no diálogo com a categoria para a construção de soluções de pautas urgentes, como Teletrabalho, Plano de Cargos, redução de terceirizações e reversão de privatizações. O resultado destas construções, porém, tem sido decepcionantes. Além de avanços insuficientes, pautas como teletrabalho sofreram graves revezes.

Sabemos que não será apenas aguardando as instituições que sairemos vitoriosos. Precisamos da união dos trabalhadores pelos trabalhadores independente de empresa e representação sindical. É fundamental que o movimento petroleiro organizado pressione o governo para uma guinada à esquerda que responda às demandas da categoria e da população.

Socialismo ou Barbárie

Esse século parece colocar em tensão máxima as contradições entre as potências capitalistas e as nações subjugadas. Nações outrora de joelhos, como a China, ameaçam o monopólio da supremacia representada pela OTAN. O prognóstico desse enfrentamento não nos parece muito bom. Desde um inverno nuclear até novas pandemias espreitam nosso futuro. Nesse cenário futuro tão sombrio, parece à Unidade Classista que somente o Poder Popular, a revolução social encabeçada pelas classes expropriadas, podem munir o Brasil de forças para enfrentar os desafios externos e internos.

ANISTIA

Antes de tudo anistia é um ato político que só é conquistado por trabalhadores organizados através da luta de classes. Compreender esse princípio é mergulhar na

intimidade do ser humano, na mais profunda contradição do poder que se estabelece em algum momento das nossas vidas. Aprender com as lições do regime ditatorial imposto no Brasil em 1964 pelos militares é um exemplo desse exercício e um desafio para todos brasileiros que valorizam a liberdade, cultivam o respeito mútuo, abominam o racismo, a ignorância, o medo, o ódio, os preconceitos sociais e que preservam também a memória daqueles anos de chumbo que assombraram todo país especialmente aos trabalhadores. Portanto o movimento pela anistia, ampla, geral e irrestrita nos levou a entender o que representou o atraso de toda sociedade brasileira com o cabresto imposto pelo regime militar durante mais de duas décadas.

Anistia pressupõe amnésia? Como se sabe a anistia foi uma das bandeiras de luta das oposições ao regime militar instaurado no Brasil em 1964, entretanto a lei 6683/79 concedeu a anistia para os seus opositores, foi também, uma “autoanistia” do regime militar, particularmente dos seus agentes de repressão. O texto dessa lei foi aprovado sem consenso, e aí nossa primeira grande lição, os militares abriram o país para a democracia, mas habituados com o poder, influenciavam o Congresso com o medo de poderem voltar a qualquer momento fato esse que colocou em xeque a maioria dos parlamentares que aceitaram suas limitações e votaram com eles. Esse aspecto relatado está registrado nos anais do Congresso Nacional como explica a citação de Skidmore “O movimento pró-anistia (...) não estava satisfeito com a nova lei. Queria que fosse chamada a responsabilidade os que deram sumiço a 197 brasileiros que se acreditava terem sido assassinados pelas forças de segurança desde 1964”, uma capitulação dos parlamentares, pois o país ainda vivia sob a repressão, a lei promulgada em 1979 não foi a que o povo desejava, parcial e restrita, cometeu injustiças e discriminações odiosas e incompatíveis com a ideia de anistia, mas foi uma vitória do povo mesmo assim porque incorporaram à vida ativa da nação, trabalhadores punidos pela ditadura, seus sofrimentos e experiências contribuiriam para a construção de um país melhor.

No caso da Petrobras os trabalhadores à época de 64 que foram demitidos e torturados, amargaram um longo período longe dos seus sonhos de ver uma empresa cem por cento Estatal sob o controle dos trabalhadores. Muitos foram anistiados pela lei 6683/79 que não atendia na totalidade a necessidade dos trabalhadores e mais tarde muitos deles foram contemplados na lei 10559/2002 que ampliou os direitos políticos e administrativos dos anistiados. Anistia é luta renhida, prova disso é a continuação das lutas dentro da Petrobras por uma empresa voltada para as necessidades dos brasileiros. Os inimigos do monopólio estatal do petróleo não deram tréguas no seu objetivo de entregar a riqueza produzida pelos trabalhadores e dificultavam ao máximo as mobilizações dos trabalhadores que produziram demissões por justa causa e suspensões que visavam afastar os trabalhadores do seu objetivo. Houve mobilizações dentro do período militar de raras greves como na Bahia, Cubatão e Rio de Janeiro e novas demissões foram registradas em 1983. Bom constar que a lei 6683 contemplou as punições de setembro de 1961 a 15 de agosto de 1979 e a lei 10559/02 instituiu a Comissão de Anistia e regulamentou o regime do anistiado político no período de 18 de setembro de 1946 até 5 de outubro de 1988 por motivação exclusivamente política. Logo os punidos nas greves de 1983 deveriam ser contemplados pela lei 10559. Daí adiante os governos brasileiros capitulavam na geopolítica internacional que ameaçavam o monopólio estatal do petróleo exercido pela Petrobras até que o presidente FHC derrubou a lei 2004, lei da criação da Petrobras, novas lutas foram travadas e novas punições também aconteceram. Em Duque de Caxias houve greve pela redução da jornada do turno ininterrupto de revezamento de oito horas para seis horas trabalhadas e mais demissões aconteceram, houve privatizações de algumas unidades da Petrobrás com milhares de demissões, a entrega de empresas subsidiárias como a Petroquisa e muitas outras que geravam desemprego e o avanço da privatização da empresa que culminou com a greve de 1995, grande greve Nacional do sistema Petrobras gerando novas demissões e punições. A lei de anistia foi atualizada para atender as demandas criadas pelas gestões da empresa e que não se tem controle das punições, até que a empresa atendeu pleito dos trabalhadores e inscreveu no Acordo Coletivo de Trabalho a chamada Comissão Paritária de Anistia que visava atender as demandas criadas pela própria empresa. Entretanto, nossa luta continua, não só por aqueles

torturados e vexados pela ditadura, como também aqueles que foram tratorizadas pelo rolo compressor neoliberal que se instaurou com o chamado fim da história (Assim cunhado por Francis Fukuyama). Milhares de petroleiros perderam seus empregos com as privatizações da nova república. Grandes fatias, as vezes subsidiária inteiras, foram praticamente doadas aos poderes imperialistas que rapidamente achataram seus custos aos custos dos trabalhadores, e inflou suas receitas às custas do consumidor brasileiro.

“Aquele que não acredita na política, não acredita na vida” dizia Ulisses Guimarães e dentre as formas de luta do movimento popular a luta pela Anistia terá sempre espaço nas pautas dos trabalhadores organizados que reivindicam melhores condições de vida e trabalho, salário justo, jornadas de trabalho menores e mais folgas para formarem os filhos, contra o desemprego, contra a exploração de quem produz riquezas com seu trabalho, pelo fim das condições análogas à escravidão, por aposentadoria digna e de qualidade, pois toda demissão foi consequência de pleitos políticos não atendidos pelos patrões. Anistia não é dádiva sim conquista. Nossa proposta é que se reinscreva no Acordo Coletivo de Trabalho um item que atenda o reconhecimento dos abusos praticados pela empresa e puniu os trabalhadores injustamente.

Os Aposentados, a Conjuntura Nacional e a Petrobras

Depois de vários anos de ataques intensos à Democracia, o povo trabalhador brasileiro precisa resgatar as perdas dos direitos duramente conquistados ao longo da existência da República Brasileira. O modelo neoliberal de governo foi um desastre em todos os setores das organizações populares e instituições democráticas. As privatizações no setor petrolífero quase arrasaram a PETROBRAS, junto com a política de preços dos combustíveis atrelada ao mercado internacional, entrega de plataformas, de refinarias, de fábricas de fertilizantes, gasodutos, entrega da PETROBRAS DISTRIBUIDORA que oneraram sobremaneira os preços dos combustíveis e o gás de cozinha, aumentando desgraçadamente o desemprego, congelando e achatando os salários dos trabalhadores e os benefícios dos aposentados e pensionistas

A pandemia ajudou nossos algozes ao eliminar milhares de nós, como o episódio da compra das vacinas aonde o governo federal interveio com atraso na aquisição das mesmas, a compra de oxigênio para a região norte, uma política negacionista e genocida, mas atravessamos com dificuldades a tormenta e seguimos nosso caminho. O país venceu o medo, está vencendo o ódio. As mentiras estão caindo uma por uma. A pior delas, a da “PETROBRAS QUEBRADA”, estava se transformando num mantra para justificar a privatização da empresa a qualquer custo. Essa política desastrada tem reflexo direto no salário dos petroleiros e no benefício pago aos aposentados e pensionistas. No caso específico dos aposentados e pensionistas acusamos grave violação dos Direitos Humanos quando a PETROBRAS resolve assediar o movimento sindical com a mudança nos Estatutos da PETROS sob pena de demissões da sua força de trabalho, com claro objetivo de “enxugar” os direitos conquistados pelos trabalhadores no sentido de agradar o mercado e acionistas numa futura privatização.

Isso resultou numa baixa qualidade do plano de saúde (AMS), com implantação, a contra gosto dos assistidos, ao adotar uma empresa privada para cuidar desse serviço que era bom e agora está péssimo, afetando até o atendimento ao trabalhador aposentado que era presencial e por conta da COVID está sendo “on line”, o que atrasa os procedimentos dos trabalhadores que paga suas mensalidades desde sua admissão e não paga pouco. Não satisfeita com isso a PETROBRAS aproveitando as mudanças dos Estatutos adotou uma política do custeio do plano de saúde onde a margem de descontos nos holerites dos assistidos que era de 13% aumentou para 30%, aumentou o VCMH (variação dos custos médicos e hospitalares), separou as massas de trabalhadores e assistidos e os planos de previdência complementar: PPSP-R, PPSP-NR, PP2, PP3 e implantou descontos extraordinários para superar os Déficits Técnicos apresentados pelos planos de previdência, os chamados PED's (planos de equacionamento de déficits), que foram causados por vários

motivos dos quais os trabalhadores não tiveram a possibilidade de apresentar soluções, pois a PETROBRAS é a gestora.

Isso levou a milhares de assistidos a deixarem de pagar o plano por falta de margem consignável e assim sair do plano. Então essas mudanças afetaram os aposentados e pensionistas que não possuem outra fonte de renda, mas sobrevivem com apoio do seu órgão de classe, com o qual contribuimos mensalmente e temos espaços nos Estatutos para integrar as lutas em defesa dos nossos direitos, comparecendo às assembleias, votando nas propostas do sindicato, integrando as diretorias dos sindipetros e federações petroleiras e associações de aposentados e pensionistas a ecoar através desses órgãos seu grito de socorro.

Os aposentados devem então erguer a cabeça e buscar suas associações, sindicatos e federações a fim de ajudar na reconstrução da democracia no Brasil com muito orgulho.

Nossas principais contribuições para o resgate das perdas dos Aposentados e Pensionistas do Sistema Petrobras são as seguintes:

- 1) retorno da AMS;
- 2) retorno da margem consignável para 13%;
- 3) fim do VCMH;
- 4) pelo fim das contribuições extraordinárias (PEDs);
- 5) pela volta do atendimento presencial a todos na PETROS;
- 6) reajuste salarial justo para categoria petroleira;
- 7) pela volta aos concursos públicos. Nós estaremos presentes nos congressos da categoria com a finalidade de somar forças de arrancar um Acordo Coletivo de Trabalho digno para todos petroleiros e aposentados.

AVANTE PETROLEIROS! VIVA OS APOSENTADOS E PENSIONISTAS DO SISTEMA PETROBRAS! VIVA A PETROBRAS! DEFENDER A PETROBRAS É DEFENDER O BRASIL!

Terceirização na Petrobrás

Acreditamos ser consensual fazer uma correlação clara e concreta do que se trata a terceirização na Petrobrás, podemos correlacionar facilmente com o termo “precarização”, precarização em todos os sentidos do mundo do trabalho e suas relações.

Seu objetivo vai de encontro com o caráter social de uma estatal negligenciando o interesse estratégico, público e coletivo, em favorecimento de fins privados. Para este fim, a agenda neoliberal e sua sanha em busca por lucros exorbitantes em detrimento a vida dos trabalhadores, reduz massivamente direitos trabalhistas e impõem um aumento exponencial da extração de mais-valia através da redução da quantidade de profissionais para uma mesma atividade.

Existem diversos casos em que a estratégia de terceirização é um fator explícito do aumento do risco de acidentes devido a expertise do profissional contratado, treinamentos deficitários (redução de custo para empresa terceira), desmotivação do trabalhador pelos precários benefícios concedidos e alta rotatividade dos profissionais trazendo ônus ao acúmulo de conhecimento prático da operação da planta e suas peculiaridades.

Os reflexos da Lei de Terceirização sancionada por Temer em 2017, lei essa de relatoria deputado Laércio Oliveira que em 2020 recebia mais de 20 milhões em contratos terceirizados sem licitação, precariza as relações de trabalho gerando impacto direto e frontal aos trabalhadores, citamos como exemplo:

- Planos de saúde de qualidade questionável e sem inclusão de dependentes;

- Salários deficitários;
 - Assédios em geral como “arma” de exploração;
 - Valores para alimentação insuficientes;
 - Atrasos e calotes de forma habitual;
 - Dificuldade de acesso a EPIs de qualidade;
 - Escolha acertada da representação dos trabalhadores por parte da empresa
- ou negação ao direito de livre associação a representação dos trabalhadores da categoria.

Precisamos de uma melhoria urgente de comunicação entre terceirizados e representações das categorias com a representação dos trabalhadores Petrobrás. Para este propósito será necessário algo análogo a estruturação das CIPAs Integradas onde será possível conhecer e desdobrar as demandas que estiverem represadas em limites de competência bem como daquelas que demonstram clara omissão por parte de gestores contratantes e contratados. A partir do conhecimento das demandas das bases o Sindipetro poderá solicitar soluções aos devidos responsáveis ou quando necessário atuar em ações para alteração ou eliminação do problema raiz.

Proposições para Terceirizados

- 1) Fim da terceirização irrestrita nas atividades constantes nos Planos de Cargos e Salários com substituição/oferta das vagas assegurando a primeirização com abertura de mais concursos públicos e garantia de efetivo operacional para a segurança das plantas industriais, observando aos dispositivos legais: Artigo 37, Inciso II da C.F. – Ingresso por concurso público e Artigo 4º do Decreto 9.507/2018 – vedada contratação de cargos previstos em Planos de Cargos e Salários;
- 2) Equiparação salarial e outros direitos (ex.: transporte, alimentação e plano de saúde) durante o período de transição do item acima e para casos extraordinários, observando o dispositivo legal: Artigo 4º-C II 1º da Lei 13.467- Equiparação Salarial Contratante e Contratada;
- 3) União tática das federações e sindicatos para pauta da terceirização irrestrita e a avançada precarização dos contratos;
- 4) Realização de Congresso/Fórum Nacional de Petroleiros Próprios e Terceiros da indústria do Petróleo, Gás e Energia;
- 5) Luta por uma Petrobrás como empresa Integrada de Energia e 100% Estatal e sobre o controle democrático dos trabalhadores;
- 6) Retorno de efetivo Fundo Garantidor dos contratos, retirado pela última gestão;
- 7) Descentralização de contratos corporativos para fiscalização local atuante e customização de especificidades locais.

Complexo Boaventura

Nossa tese endossa ainda as seguintes demandas feitas pelos trabalhadores do Complexo Boaventura, antigo Comperj:

- 1) Adicional de GRATIFICAÇÃO de Campo Terrestre, garantindo isonomia de condições dos mesmos moldes da UTGCA e UTGC e por se tratar de área remota e insegura, (sem transporte coletivo regular);
- 2) Sobreaviso Implantado para trabalhadores da manutenção do site e definição de escala em ACT no molde das demais unidades do gás de 7x7x7x14 UTGCA/UTGC ou 14x21 como Guamaré e URUCU;
- 3) Adicional de Periculosidade condicionado a toda parte interna do site contemplando todos trabalhadores;
- 4) Plano de Mobilidade corporativa com atenção especial ao Gaslub, local onde foram recebidos funcionários de diversos lugares vendidos na antiga gestão;

- 5) Reestruturação do APT a APTT nos moldes anteriores e definidos no ACT junto a representação dos trabalhadores;
- 6) Cláusula de apropriação de horas extraordinárias para banco de horas facultada ao interesse do empregado;
- 7) Abono de todos os dias que a empresa não tem expediente e não disponibiliza opções de vir trabalhar como nos dias 24 e 31 de dezembro e quarta-feira de cinzas;
- 8) Instalação de CEPE/Área de Vivência próxima na área do Gaslub para espaço de socialização e promoção de saúde aos trabalhadores igual a algumas unidades marítimas e terrestres que detêm infra-estrutura semelhante, aproveitando as estruturas já existentes como a casa 10 ou casa 7;
- 9) Regramento de Teletrabalho contemple trabalhadores elegíveis do site;
- 10) Construção de prédio administrativo definitivo e adequação do prédio da manutenção M3, para comportar a demanda atual, o existente foi construído em caráter provisório;
- 11) Melhoria da rede credenciada para na região entorno do site para exames periódicos;
- 12) Adicional de 1 nível /abono para Brigadista e Cipista automaticamente no ano corrente;
- 13) Dia de folga para os Cipistas para valorização da CIPA na prevenção de acidentes e combate a assédios e outras violências no trabalho e incentivo a participação feminina e LGBTQIA+ na comissão eleita e indicados pela empresa;
- 14) Melhoria das minutas contratuais de contratação de empresas terceiras mais favoráveis aos trabalhadores com plano de saúde para funcionários e dependentes, Isonomia Alimentar, transporte e salários dignos;
- 15) Item "05" retroativo aos transferidos após a mudança do Regramento de transferências do Mobiliza no governo passado.
- 16) - Atuação da Petrobras em garantir a segurança dos trabalhadores do Gaslub, visto que, são constantes as invasões e furtos nas instalações. Essas ações criminosas estão ocorrendo cada vez mais próximas aos postos de trabalho; Disponibilizar atendimento 24h de apoio médico, odontológico e geriátrico no site;
- 17) Manter valor da HE a 100% para todas as ocasiões de horas e as compensações de BH ser 1 p/ 2
- 18) PCR/PCAC unificação e modificação de planos de cargos e salários;
- 19) SUBSTITUIR o transporte de Van por Ônibus/micro ônibus com banheiro para trajetos maiores que 1h de deslocamento;
- 20) Seleção de funções devem ser feitas por processo seletivo interno;
- 21) Possibilitar um dia de Teletrabalho para Cipistas para atividades burocráticas.

CNCL

Quanto ao Centro Nacional de Controle e Logística, defendemos:

- 1) Transparência na avaliação do GDR;
- 2) Levar mais operadores para o cncl;
- 3) Abrir mais consoles para um melhor balanço de carga de trabalho;
- 4) Alimentação transportada;
- 5) Garantia da Mestra;
- 6) Envolver os operadores nas mudanças que lhes afetam (novo oasys);
- 7) Punição exemplar aos assediadores do setor.

Plano de Lutas / Reorganização da Classe

As grandes mobilizações são fundamentais, mas não resolvem todo problema. Há que se cuidar dos momentos entre as mobilizações e no longo prazo.

Para isto, não basta se apresentar como direção, mas é necessário construir elos orgânicos com o movimento real da classe trabalhadora. Não existem atalhos na luta de classes, o movimento deve ser construído de baixo para cima, no dia a dia, nos bairros, nos movimentos populares e nos sindicatos, com panfletagens, atividades politizantes e elevação do grau de participação e organicidade da militância.

Para além de todas essas iniciativas, uma meta prioritária é a retomada de agitações, paralisações e greves em categorias, de forma ascendente, visando a construção de uma greve geral. Afinal, a greve é ainda a ferramenta mais potente de classe para fazer efeito prático na correlação de forças políticas, uma vez que gera prejuízos para a burguesia.

Para que tudo isso seja conquistado, deve haver iniciativas políticas nacionais unificadoras, capazes de reaglutinar lutadores e permitir não somente um profundo e amplo debate, mas a reconfiguração das ferramentas de representação da classe trabalhadora e dos movimentos reivindicatórios.

O Fórum Sindical, Popular e de Juventude de lutas por Direitos e Liberdade Democráticas se apresenta como a grande novidade recente do movimento social brasileiro, pois carrega em si essa capacidade de aglutinação, sem sectarismo, dos mais amplos setores e correntes classistas.

A fragmentação das centrais sindicais é algo flagrantemente contrário às lutas, um verdadeiro empecilho organizativo. Cada central hoje é mais identificada com partidos ou organizações específicas do que com a própria classe, que não se reconhece representada plenamente em nenhuma delas.

Esse cenário torna prioritária a realização de um ENCLAT, um grande encontro da classe trabalhadora, capaz de juntar os militantes sindicais com o intuito de reconfigurar essas representações, buscando que dessa profunda discussão saia uma grande novidade organizadora e unificadora das lutas sindicais. Essa é uma condição fundamental para a construção efetiva da greve geral, uma vez que a mera existência de várias centrais dissipa e desalinha energias e gera o efeito de cada organização priorizar “puxar a brasa para a sua sardinha”.

É tarefa da FNP compor democraticamente os espaços de luta com pluralidade e capilaridade na categoria, promover a participação no Fórum Sindical, Popular e de Juventude e ser uma agente de construção do ENCLAT, para demonstrar seu compromisso histórico com a luta classista e para encorajar as demais categorias a ingressar nesse projeto de necessária reorganização das representações da classe.

Condição fundamental para a construção da unidade da categoria com independência é o fortalecimento de Comissões de Base nos locais de trabalho, com ampla participação dos trabalhadores. Somente assim podemos garantir que síntese proveniente dessa unificação será distante de qualquer fagocitose definida a partir de acordos de cúpula.

Na nossa categoria, também deve haver mecanismos de busca de unificação para potencializar lutas. É tarefa do movimento sindical petroleiro buscar construir pauta única, mesa única e votação única, abrangendo as bases das duas federações, no processo de luta do ACT, por exemplo.

Programa de Lutas – Em Defesa da Petrobrás 100% estatal e a serviço da maioria da população brasileira (trabalhadores):

- 1) Reversão das privatizações efetuadas;
- 2) Recuperação da estratégia de uma Petrobrás como empresa Integrada de Energia;
- 3) Transição para o regime de monopólio estatal da exploração, produção, refino, petroquímica e distribuição; Retirada das ações da Petrobrás das bolsas de valores estrangeiras, visando o resgate da soberania energética do Brasil; Fim definitivo do PPI ou outras

políticas de precificação artificialmente altas, que têm sacrificado a população com valores estratosféricos de combustíveis, gás de cozinha e outros derivados de petróleo;

Investimento e ampliação da capacidade de produção das refinarias. Contra a ociosidade das plantas, pela conclusão de obras inacabadas e pela retomada de novos projetos nessa área;

Gestão da Petrobrás com transparência, democracia e constante fiscalização, tanto pela força de trabalho quanto por mecanismos de controle social a serviço do interesse da população brasileira, desde o planejamento de gestão e estratégia até a execução, a fim de evitar concentração da renda petroleira, corrupção, nepotismo, apadrinhamento, demissões injustificadas;

Estabelecimento de mecanismos de escolha e avaliação das lideranças por parte da categoria e a instauração de critérios de remuneração justos e transparentes para os quadros técnicos e de liderança;

Ampliação da responsabilidade social e trabalhista com relação a serviços e obras ao encargo de empresas contratadas, com fomento da cultura de segurança (através de cláusulas contratuais que garantam um nível de preocupação com SMS, de capacidade técnica e de robustez para execução de obras);

A garantia da responsabilidade social e ambiental em obras ou zonas de atuação considerando e consultando as comunidades afetadas;

Investimentos em energias alternativas (solar, eólica, de maré) e biocombustíveis, aumentando a diversificação, soberania e segurança energética e diminuindo os impactos ambientais, através de destinação de percentual do lucro da produção para este fim;

O crescimento da produção deve ser orientado à capacidade de refino, de modo a permitir a exportação prioritariamente de derivados, uma vez suprido o consumo interno (para romper com a lógica de exportação de matéria-prima e importação de produtos industrializados);

Petróleo (e derivados) e energia devem servir como elementos de integração da América Latina, com viés de desenvolvimento econômico e social, e não meramente mercadológico. Prioridade de exportação/importação, quando necessário, aos países desta região. Desdolarização das transações;

O conteúdo local deve ser resgatado e aperfeiçoado, para valorização das indústrias nacionais. Deve ser alvo de ampla fiscalização e aplicado a todas as etapas (Ex.: matéria-prima, siderurgia, metalurgia etc.);

Prioridade de investimento de grande porte do BNDES, CEF e BB em empresas estatais;

Renda das riquezas naturais direcionada para os direitos sociais e ambientais, verba pública para instituições públicas. Somos favoráveis à iniciativa de royalties do Pré-sal dedicados à Educação e Saúde, porém estes recursos não podem ser drenados para os cofres de empresas privadas da área educacional, de saúde ou construtoras;

Criação de empresas estatais de serviços e tecnologias petrolíferas (sondas, exploração, engenharia e construção, logística, estaleiros etc.), que devem ser fomentadas pela renda petrolífera. Prioridade total de contratação dessas;

Operação de navios de apoio offshore e sondas pela Transpetro, cessando dessa forma, o pagamento de afretamentos a preços altos para o setor privado e internacional; Substituição do PPP (Prêmio por Performance) e reabertura das mesas de negociação pela PLR equânime e sobretudo a reposição e crescimento dos salários não só baseado na elevação da produtividade dos trabalhadores, mas também para correções financeiras, de modo a não criar defasagem salarial;

Pela garantia de uma assistência médica de qualidade, gerida 100% pela Petrobrás e que assegure qualidade para os empregados da ativa e os aposentados, de forma gratuita e ilimitadas para seus dependentes. A AMS pertence aos interesses dos empregados e aposentados e não ao mercado de saúde exploratório.

1. Nome: Valeska Thaísa da Silva
Matrícula: 4609249
Lotação: Imboassica

2. Nome: Gustavo Marun
Matrícula: 2474575
Lotação: EDIHB

3. Nome: Flávio Raphael Barcellos
Matrícula: 9880410
Lotação: EDISEN

4. Nome: Antonio Boaventura Neto
Matrícula: 6122
Lotação: Transpetro Sede

5. Nome: Francisco de Assis Pereira Cavalcante
Matrícula: 1375993
Lotação: EDIHB

6. Nome: Victor Moreira Santos
Matrícula: 4604728
Lotação: EDISEN

7. Nome: Rafael Piveta Manoel
Matrícula: 4604745
Lotação: Edisen

8. Nome: Éden Suzart Landim Costa
Matrícula: 4604717
Lotação: Edisen

9. Nome: Gabriel Mattos Gonzalez
Matrícula: 4608970
Lotação: EDIHB

10. Nome: Wagner Martins Rosa
Lotação: CNCL

11. Nome: Iurin Caetano Ramalho
Lotação: CNCL

12. Nome: Gunther Sasic
Lotação: Aposentado

13. Nome: Luiz Carlos Martins de Souza
Lotação: Aposentado

14. Nome: Jose Antonio Simões
Lotação: Aposentado

15. Nome: Antonio Arriva de Toledo
Matrícula: 4606149
Lotação: Edisen

16. Nome: Gabriel Mattos Gonzalez
Matrícula: 4608970
Lotação: EDIHB

Tese

Resistência Petroleira



UNIÃO & LUTA

TESE Movimento Resistência Petroleira

Congresso  Sindipetro RJ 2025

1. CONJUNTURA

A classe trabalhadora precisa retomar as ruas e pautar a luta pelos seus interesses

Vamos construir o Plebiscito Nacional contra a Escala 6x1, pela isenção do IR até R\$ 5000 e pela taxaço dos milionários

O Congresso do nosso sindicato é um momento importante da vida política da nossa categoria. É nele que aprofundamos os nossos debates de planos, estratégia, pauta de ACT e localização política do nosso sindicato. Nós do Resistência Petroleira oferecemos nossas reflexões e apontamentos no sentido de buscarmos a análise mais próxima da realidade, para assim calibrarmos a melhor política condizente com a situação que vivemos.

Temos hoje um país dividido; uma direita de aspirações fascistas e privatizantes com peso de massas e um governo de esquerda moderada que busca na estratégia de concessões e conciliação com a direita estabelecer algum nível de estabilidade, no entanto se afastando do próprio programa que o elegeu em 2022. Com a pressão dos movimentos sociais e dos trabalhadores, conseguimos que o governo encampasse uma importante promessa de campanha: a isenção do IR até 5 mil reais, com a taxaço dos milionários. Essa importante medida já encontra resistência dentro do congresso. A direita fascista já se pronunciou contrária. A direita fisiológica do centrão busca articular uma alteração no projeto, para que a isenção do IR não seja paga pelos mais ricos e poderosos do país, mas também pelos próprios trabalhadores através de outros impostos. Nada

na história da humanidade que beneficia ao povo pobre e trabalhador foi conquistado sem luta.

Precisaremos demonstrar força nas ruas e na sociedade, para garantir que haja a taxaço aos mais ricos. Nesse sentido, é muito importante a iniciativa unitária que está sendo organizada do PLEBISCITO NACIONAL PELA ISENÇÃO DO IR E PELO FIM DA ESCALA 6X1. Essa é uma iniciativa encampada por diferentes Frentes Povo sem Medo e Brasil Popular, MST, MTST, Sindicatos, Centrais Sindicais etc. Será uma oportunidade da Esquerda fortalecer sua conversa com o povo e ser protagonista numa mudança real na vida dos trabalhadores. Enquanto petroleiros, nos interessa ser parte da construção desse processo, pois precisamos demonstrar que os petroleiros estão juntos com a demanda do nosso povo. Uma Petrobrás ainda mais Estatal pode contribuir com um projeto de país mais soberano, onde nossas riquezas não vão pras mãos do capital financeiro. Acabar com a escala desumana 6 x 1.

Proposta:

► Sindipetro-RJ deve ser parte do plebiscito unitário pela isenção do IR até 5 mil reais e cobrança de alíquota para os milionários (que hoje não pagam nem 10% sobre os ganhos).



Sindipetro-RJ deve ser INDEPENDENTE frente ao governo: nem oposição, nem situação

O que entendemos como sindicato INDEPENDENTE? Em nossa opinião INDEPENDÊNCIA tem um duplo significado, que podemos traduzir na máxima: **criticar o que é ruim e apoiar o que é bom.**

1) Significa conservar autonomia para lutarmos de frente contra qualquer ataque que venha da parte do governo federal, como, por exemplo, a questão da PLR ou do TELETRABALHO.

2) E também lutarmos CONJUNTAMENTE sempre que o governo defender AMPLIAÇÃO DOS DIREITOS DA CLASSE TRABALHADORA, se enfrentando com a direita e extrema-direita como, por exemplo, a taxaçoão dos milionários e a retomada da FAFEN-PR, e exigindo mais avanços.

Hoje o nosso sindicato só cumpre metade desse entendimento e isso gera alguns desdobramentos. Alguns exemplos.

1. O SINDIPETRO-RJ não se somou publicamente à luta pela aprovação da mudança do IR, que é parte de disputa na sociedade e poderia ter o jornal do nosso sindicato auxiliando nesse convencimento.

2. O nosso sindicato, lamentavelmente, não tem participado do plebiscito popular sobre IR e a escala 6x1.

3. O Sindipetro-RJ não divulga atos que pedem “Sem Anistia” e a prisão dos envolvidos na tentativa de golpe de 8 de janeiro, como os Sindipetros Caxias, São José dos Campos, Norte Fluminense e Litoral Paulista.

Você pode constatar nos jornais, informes e boletins do nosso sindicato esse viés. O SINDIPE-

TRO-RJ foi o único sindicato em todo o país que não comemorou a vitória da retomada da FAFEN-PR.

Achamos esse um posicionamento equivocado, pois ignora que existe uma extrema-direita fascista no país que mantém peso grande social e está com sede de poder, para retomar a presidência, privatizar a Petrobrás, e implementar seu plano selvagem anti-trabalhador e anti-esquerda. Excluir esse elemento da realidade, gera uma análise míope, que desdobra uma postura destrutiva, anti-unidade e isolacionista. Foi essa mesma lógica política que levou os companheiros do PSTU e da CSP-CONLUTAS a apoiar o Impeachment da Dilma em 2016, ajudando a dar um verniz de esquerda para um golpe reacionário.

Foi essa lógica também de briga permanente entre a esquerda que levou os companheiros a racharem a diretoria do nosso sindicato na eleição de 2024.

Propostas:

► Cobrar da Petrobras a instituição de política para fornecimento de gás natural e GLP a preços mais baixos, atendendo a população de baixa renda

► Apoiar as iniciativas por uma transição energética sustentável, justa e segura, com redução nas emissões de gases de efeito estufa

► Cobrar da Petrobras aumento do investimento na PBio, igualando sua remuneração com a da Petrobras

► Cobrar da Petrobras melhoria da segurança nas atividades operacionais de ativos que foram sucateados pelo governo anterior.



É hora de levar adiante o processo de **REUNIFICAÇÃO DA CATEGORIA**

Não podemos fazer as mesmas coisas e esperar resultados diferentes!

Desde o ano passado vem ganhando corpo na categoria o debate acerca da UNIFICAÇÃO DAS FEDERAÇÕES PETROLEIRAS. A partir dos Sindipetros Caxias (FUP) e SJC (FNP), e da nossa Chapa UNIÃO nas eleições do Sindipetro-RJ de 2024, esse debate vem se dando de forma mais organizada. Queremos responder às principais perguntas quanto a esse tema de maneira direta, ajudando na compreensão e esclarecimento do tema. **Vamos a elas!**

A) Por que reunificar as Federações?

Somos uma só categoria. Temos apenas 1 acordo coletivo. Em quase 20 anos de existência de 2 federações isso nunca mudou. O plano nunca foi ter 2 federações. Quando a FNP foi fundada, parte da classe petroleira estava insatisfeita com a FUP. Acreditava-se que, com o seu exemplo, os diferentes sindicatos migrariam para a FNP e construiríamos uma federação, mais forte e mais combativa. Os anos se passaram e hoje vivemos uma estagnação, até porque o país mudou e houve uma relativização do papel da FUP. Muitos que antes os viam como inimigos ao verem o papel que cumpriram na luta contra o Bolsonaro e o tamanho do desafio para manter o caráter estatal da Petrobras, entenderam que eles eram adversários sim no campo das ideias, mas o inimigo agora é outro.

Nos anos em que o fascismo dominou o Brasil a solidariedade entre os trabalhadores organizados em todos os seus sindicatos, independente da federação em que estavam, nos permitiu barrar mais retrocessos. A necessidade de união é imperiosa até porque não sabemos o cenário de 2027 e mesmo agora os parasitas que querem privatizar a empresa seguem na espreita e cada vez mais fortes no congresso nacional e na sociedade. Então, de um lado, há 13 sindicatos da FUP e, de outro, há 5 da FNP. Até quando vamos sustentar essa divisão se somos uma só categoria? Até não ter mais Petrobras para defender?

B) Se unificarmos as Fe-

derações o setor mais combativo vai ser “engolido” pelo re- cuado?

A atual divisão em duas federações que tem gerado esse fenômeno, quando chega num determinado momento da negociação dos acordos a FUP exerce sua maioria. Defender a reunificação é justamente para evitar isso, poderemos debater com o conjunto dos sindicatos e ganhar a maioria para posições mais combativas. Temos notícias de votações na FUP que a greve não passou por 2 votos ou que ser a favor de um acordo passou por 3 votos. A FNP não é homogênea, assim como a FUP e nem uma nova federação será, mesmo assim cada sindicato vai manter sua autonomia para seguir seus rumos independente da federação filiada.

C) A quantas anda esse processo? Quais os principais entraves?

O Sindipetro Caxias (FUP) e o Sindipetro SJC (FNP) são os maiores porta-vozes dessa batalha pela unificação das federações. Hoje já vemos ecos na direção da FUP. Foi votado, por proposta do Sindipetro Caxias, uma comissão da FUP para conversar com a FNP. Até agora a iniciativa tem sido essa e cabe agora a FNP reagir. Estabelecer condições e iniciar uma negociação para unificar. Nós pensamos que deve ser organizado um congresso unitário com delegados eleitos em todas as bases da FUP e da FNP para debater os termos da unificação. A discussão deve ser ampla e democrática. O congresso da FNP deve debater essa proposta.



Sindipetro-RJ deve ser **INDEPENDENTE** frente ao governo: nem oposição, nem situação

Quem já participou de atos como o “Fora Bolsonaro” em 2021 ou o 1 de maio recente aqui no Rio de Janeiro ou vê como se organizam movimentos como o VAT (Vida Além do Trabalho) sabe a importância do diálogo de base e da mais ampla unidade com outros sindicatos, movimentos sociais e frentes. O sindicato não construiu o 1 de Maio, só apareceu no dia. Isso dificulta nossa capacidade de aglutinação e união. O SINDIPETRO-RJ teve dificuldade na luta do teletrabalho em conseguir apoio de outros sindicatos, durante a greve só vimos uma boa quantidade de ativistas no EDISEN. Isso porque o nosso sindicato só dialoga com a CSP CONLUTAS, central que representa só cerca de 1% do movimento sindical e é um espelho do PSTU. Ao contrário do SINDIPETRO- Caxias que na greve conseguiu envolver várias centrais no piquete, reunindo mais de 150 ativistas para parar a REDUC com vários portões, o TECAM e a UTE.

Com o tamanho e a importância da Petrobras, só uma grande frente única é capaz de impulsionar a luta em prol da Petrobras a serviço do povo



brasileiro. Nós nos inspiramos na greve de 1995 que agora faz 30 anos e lembramos que no Brasil todos os movimentos sociais fizeram marchas de solidariedade aos petroleiros. Manter o diálogo aberto é fundamental, sem isolacionismo.

- ▶ Chamar e articular as lutas com várias centrais como CUT, CTB, Intersindical, CSP CONLUTAS, frentes e partidos sempre dialogando e chamando pra luta em prol da classe trabalhadora.

- ▶ Em defesa da Petrobras 100% estatal a serviço do povo brasileiro! Pela reestatização da Eletrobras! Pela articulação do fórum em defesa das estatais!



Propostas e desafios para o ACT

Já vimos o quanto a Magda prioriza a entrega de dividendos para acionistas e não os trabalhadores. Seu discurso prega austeridade (só para os empregados) já sinalizando o muro intransigente e autoritário que vamos encarar no acordo coletivo. A unidade da categoria será fundamental. Precisamos avançar nas tratativas da reunificação inclusive para desbloquear e distensionar em prol da mesa única.

O congresso da FNP deve sinalizar que quer a unificação e propor um congresso unitário para unificar a pauta do act, fazer um comando unitário e avançar nas formas de solucionar divergências. É possível MESA ÚNICA priorizando o que une e não o que divide. Só polemizar publicamente se de fato for dicotômico, pragmaticamente importante e não pra fazer discurso, impossível de consensualizar (buscar um meio termo) e necessário e não a todo momento, porque isso desgasta. Autonomia do sindicato é estatutário tanto na FUP quanto na FNP, mas a união de todos é o melhor e fortalece a luta.

Ampliar a organização de base

- ▶ A proposta de criar comissões de base foi um sucesso. Mesmo aqueles que tergiversaram no início hoje não negam como isso ampliou o poder de mobilização. Nosso coletivo esteve na linha de frente dessa proposta e atuou fortalecendo as comissões. É preciso institucionalizar sim, mas não domesticar a comissão de base. Ela deve estar junto ao sindicato, mas ter auto-organização, ser respeitada como um ator da luta e não só como intermediária e porta voz do que o sindicato já decidiu. Essa autonomia e conexão com a base é o que irá sustentar o seu poder de mobilização.

Redução da Jornada e ampliação do emprego

- ▶ Compromisso de que o avanço tecnológico significará redução da jornada e ampliação de emprego.
- ▶ Em defesa da jornada 4x3 no administrativo.
- ▶ Por escalas 1x2 no operacional.
- ▶ Aumento do efetivo! Mais concurso público!
- ▶ Defesa da escala de embarque das empresas terceirizadas seja igual a escala dos trabalhadores Petrobras.
- ▶ Proibição de escala 6 x 1 em contratos da Petrobras

Plano de cargos e salários

- ▶ Unificar os planos, promover equidade e garantir direitos
- ▶ Isonomia dos novos

Teletrabalho

- ▶ Incluir no novo acordo a necessidade da empresa apresentar um estudo de implantação do regime de teletrabalho e reavaliação após 1 ano que considere produtividade, diversidade, equidade, inclusão e fatores psicossociais.
- ▶ Teletrabalho integral para pais até 6 meses

Aposentados

- ▶ Em defesa da AMS! Mais qualidade com garantias no acordo!
- ▶ Em defesa da PETROS! Já passou da hora de resolver a questão! Chega de equacionamentos abusivos.
- ▶ Unificar as lutas dos aposentados! Ampliar a pressão na empresa e no governo! Fortalecer as representações que fazem a luta acontecer!

Diversidade e Cultura

- ▶ A realização do encontro unitário de mulheres FUP e FNP de 2023 foi fundamental. Assim como no encontro anterior, a construção junto à base deve ser feita com uma comissão organizadora aberta e a ampla divulgação do encontro que será no Rio de Janeiro.
- ▶ Retomar o debate da cláusula de assédio que deve garantir proteção ao denunciante de toda a violência no trabalho e tratamento humanizado.
- ▶ Acompanhamento dos casos de assédio deve ser realizados por profissionais da Petrobrás (Assistente Social, Psicóloga, etc).
- ▶ Ampliação da licença paternidade para 3 meses.
- ▶ Criar um programa nacional de apoio à adoção Parto Humanizado.
- ▶ Ampliação do direito de levar filho ao médico para pessoas do operacional (emergências com internação).
- ▶ Curso de antirracismo obrigatório para todas as lideranças.
- ▶ Vale cultura

Vale alimentação offshore

- ▶ Implantar o vale alimentação offshore

Auxílio deslocamento

- ▶ Aumentar os valores

GASLUB

- ▶ Adicional de Campo Terrestre

Nacional

- ▶ Pelo fim da escala desumana 6x1! Organizar o plebiscito popular!
- ▶ Pela reestatização da RLAM, REMAN e BR! Pela retomada da Petrobras do poço ao posto!
- ▶ Por uma transição energética justa com a Petrobras à frente.

Sindicato somos todos nós!

O sindicato não é de uma diretoria que o administra por 3 anos e sim de toda a categoria. Somos todos sindicato. A compra de uma sede de cerca de 4 milhões sem o debate profundo na categoria acendeu um alerta, ainda mais que não temos fundo de greve. O sindicato precisa debater prioridades de gastos com a sua base. É urgente a constituição de um fundo de greve!

- ▶ Mais transparência nos gastos do sindicato.
- ▶ Pela constituição do fundo de greve!



ASSINAM ESTA TESE:

1. Natália Russo - EDISEN
2. Mateus Ribeiro - GASLUB
3. Guilherme Moreira - EDISEN
4. Lilian Boaventura - EDIHB
5. Rômulo Mendes - EDISEN
6. Vanessa Rodrigues - EDISEN
7. Marco Antonio Pessoa - EDISEN
8. Bruno Magalhães Lopes - EDISEN
9. Marcio Pacheco Cardoso - CENPES
10. Carlos José Cunha "Cazé" - CENPES

11. Victor Fiaux Edisen
12. Raira Coppola - EDISEN
13. Flávio da Silva Fernandes - PLATAFORMA
14. Carlos André Sardenbergh Teixeira - EDISEN
15. Lucas de Moura Quadros - EDISEN
16. Sonia Ribeiro - APOSENTADA
17. Larissa Bellezi - EDISEN
18. Andressa Quadros - EDISEN
19. Marcos Damião - APOSENTADO
20. Mariana Freire - EDISEN



UNIÃO & LUTA

TESE Movimento Resistência Petroleira
Congresso  Sindipetro RJ 2025

Tese Nossa Classe

ORGANIZAR OS PETROLEIROS PARA QUE SE VEJAM COMO UMA SÓ CATEGORIA E ESTEJAM À ALTURA DOS DESAFIOS COLOCADOS NA PETROBRÁS E PARA A CLASSE TRABALHADORA NO PAÍS

OS DESAFIOS ATUAIS PARA OS PETROLEIROS E PARA A CLASSE TRABALHADORA

Somos uma categoria com muita força e importância. Tentamos barrar as privatizações de FHC, fomos uma das poucas categorias que fizeram greve nacional durante o governo Bolsonaro e, com uma dessas greves, mesmo que parcial, só de uma subsidiária, impedimos a privatização da PBIO. Em outra greve parcial, do CNCL (Centro de Controle da Transpetro), foi impedido o ataque em 2022 que retirava seu adicional. Fomos parte da greve geral em 1962 que garantiu um direito crucial a todos trabalhadores formais do país: o direito ao décimo terceiro salário. Porém, apesar deste potencial, passados 2 anos e meio do governo Lula, sem nenhuma greve nacional petroleira de mais de um dia, ainda não conseguimos sequer que as unidades que foram privatizadas retornassem, nem falar tantos problemas (e mesmo sofrimento!) na categoria que se avolumam. Temos força para muito mais!

Para sermos uma só categoria e assim expressar todo nosso potencial de luta, uma primeira e crucial bandeira é a de igualar todos direitos entre as subsidiárias e a Petrobrás e lutar pela sua incorporação à holding. Nos unindo temos mais força diante da empresa mas também diante de sindicatos burocráticos que são contrários à mobilização porque esta poderia afetar seus acordos com o governo Lula e às centenas de pessoas que eles indicaram para a alta, média e baixa administração no sistema Petrobrás.

A greve de 24 horas do dia 26/3 só aconteceu porque o administrativo do Rio de Janeiro vinha se mobilizando e isso obrigou que maioria dos sindicatos e inclusive a FUP se somassem, o que em breve mostrarão novamente desembarcando da luta. Mas se dependesse exclusivamente deles iríamos estar que nem cada base que foi privatizada: sem sequer ser lembrada que existe. Por que acontece isso?

Porque não querem se indispor com o governo Lula que não quer reestatizar nada e gerar atrito com os acionistas privados. Essa recusa em reestatizar a RLAM, REMAN, RPCC, SIX e dezenas de campos terrestres e offshore, além da BR Distribuidora, que foi privatizada sem luta, também graças ao papel de sindicatos conciliadores, é a cara petroleira de uma mesma política de conciliação de um governo que tentou privatizar o IBGE, tentou fazer demissões em massa na Eletronuclear e só não conseguiu fazer isso porque houve mobilizações e greves destas categorias. É esta mesma política de manutenção de ataques já feitos por Bolsonaro e Temer que faz o governo Lula manter incontestes as reformas da previdência e trabalhista, a lei de terceirização permitindo todo tipo de abuso, e fez o Arcabouço Fiscal para continuar o Teto de Gastos de Temer com outro nome.

O escândalo do INSS escancara como a cúpula do INSS, atravessando os governos Bolsonaro e Lula, manteve com diversas associações e a burocracia sindical, inclusive alguns ligados ao governo, um esquema de desvio de recursos dos aposentados, de filiações fantasmas e outros métodos absurdos desta burocracia. Enquanto isso também deixaram intacto outro roubo dos trabalhadores: a reforma da previdência para pagar a dívida pública, e obrigar cada trabalhador a trabalhar mais anos, ou mesmo trabalhar até morrer.

Também não faltam exemplos de como a Petrobrás (e nem falar a Transpetro) continuam profundamente neoliberais, e para isso autoritárias e antissindicalistas. Da intransigência no teletrabalho e no corte da PLR à diversas vezes que tentaram barrar o Sindipetro em unidades que representamos, à presidente de subsidiária atacar um dirigente sindical em discurso público sem direito de resposta, a agora a tentativa da Transpetro de terceirizar o setor conhecido como “Apropriação” para calar sua reivindicação de um novo regime e suprimir o exemplo de organização que este setor é para a Transpetro Sede.

**CHEGA DE SILÊNCIO,
ORGANIZEMOS UMA GRANDE LUTA PARA RECUPERAR TODAS UNIDADES
E ATIVOS PRIVATIZADOS E AVANÇAR NA LUTA PARA REVOGAR TODAS REFORMAS**

Contra aqueles que querem aumentar a privatização da Petrobrás e dos leilões de petróleo, que querem que a Petrobrás continue sendo uma gigantesca máquina de dividendos, como vimos agora em maio quando a empresa insiste no corte da PLR enquanto, ao mesmo tempo faz entrega de R\$11,7 bilhões para uma maioria de acionistas privados e imperialistas, **precisamos fazer uma grande campanha pelo fim dos leilões, pela reestatização sem indenização de tudo que foi privatizado e para que toda cadeia de produção, refino e distribuição de hidrocarbonetos seja de uma Petrobrás 100% estatal e administrada democraticamente pelos trabalhadores.**

CONTRA A PETROBRÁS DOS DIVIDENDOS E POR OUTRA RELAÇÃO COM O MEIO AMBIENTE

A Petrobrás de hoje é uma máquina de dinheiro para Wall Street e que é parte do pacto extrativista na América Latina, que varia em intensidade conforme o governo se de extrema direita ou de conciliação, mas em todos eles somos produtores de soja, petróleo, ferro, cobre, carne e cada uma destas questões em detrimento do meio ambiente local e mundial. Não existe transição energética em curso. Isso é verdade para o país e mais ainda para as empresas. Elas trabalham pelo lucro e o lucro está em detrimento do meio ambiente. A Petrobrás falta com a verdade a respeito da transição energética. Gás não é transição e nem é verdade que está tendo priorização da produção de gás natural. Queremos que a Petrobrás gere dezenas de milhares de empregos em P&D e energias renováveis, se enfrentando e cortando dos lucros dos acionistas. Isso deveria ser a prioridade e não Foz do Amazonas e a abertura de novos poços para em seu consumo gerar muito mais CO2. Dentro de nossa tese, temos diferentes posicionamentos sobre a exploração da Foz do Amazonas e da Margem Equatorial em geral, mas partimos em comum acordo deste questionamento ao aumento da produção e consequentemente do aquecimento global para aumentar os dividendos de acionistas e batalhamos contra a falsa transição energética da Petrobrás.



INDEPENDÊNCIA DE CLASSE PARA SE ENFRENTAR COM A EXTREMA DIREITA E ORGANIZAR UMA GREVE GERAL CONTRA A ESCALA 6X1

Para enfrentar a extrema direita e sua política ainda mais agressiva de privatização e destruição ambiental precisamos de independência de classe em relação ao governo Lula e também a instituições do regime como o STF que hoje mira a extrema direita mas pode muito bem depois utilizar os mesmos expedientes contra a esquerda, filme que já vimos na Lava Jato e no golpe institucional de 2016. Para fortalecer a luta dos trabalhadores em todo país precisamos que uma das demandas dos trabalhadores que é mais sentida, o fim da escala 6x1, ganhe as ruas e os locais de trabalho. É necessário que esta pauta vire uma grande luta dos trabalhadores, usando suas ferramentas de luta. Precisamos lutar para que cada sindicato construa nos locais de trabalho essa luta rumo a construir uma greve geral pelo fim desta escala, sem redução de salário. Nosso congresso sindical pode aprovar essa pauta e propor que o sindicato procure cada sindicato, cada federação e central sindical exigindo a organização desta pauta na base e a organização de uma greve geral.

O QUE IMPEDE A CATEGORIA DE SE UNIR E MOSTRAR SEU POTENCIAL NA LUTA?

A direção da empresa conhece nosso potencial, os acionistas sabem disso também e por isso tentam nos dividir entre administrativo e operacional, terra e offshore, efetivo e terceirizado, ativa e aposentado. É assim que vemos terceirizados do nosso lado fazendo escalas diferentes das nossas, tomando calote de salário toda hora. Os trabalhadores aposentados sofrem a dureza dos contracheques zerados na Petros. Os trabalhadores de turno em terra ou embarcados sofrem a constante precarização do trabalho e falta de efetivo que tem levado a um aumento de acidentes e até mesmo de mortes. No teletrabalho vimos a arrogância e intransigência da empresa que tentou se impor sem sequer ouvir a categoria. Essa breve lista das “dores” da categoria mostram o grande potencial de luta. Mas esse potencial não se comprova na prática tanto pela política ativa da empresa em nos dividir, como também pelo papel da burocracia sindical da FUP que soterra as bandeiras da categoria. Onde foi parar a luta pela retomada do que foi privatizado? Sumiu! Que nem sumiu a bandeira de revogação da reforma trabalhista!

Para trilhar outro caminho, um de verdadeira união da categoria, para lutar, é preciso impor outra política aos sindicatos burocráticos da FUP, lutando por um comando nacional de delegados nas mobilizações e greves. Assim poderemos superar tanto uma peleguice pró-governo da FUP e um lavar as mãos da FNP, que muitas vezes desiste de mobilizações dizendo “mas a FUP não quer”. Precisamos de organização pela base para ter mais força.

Por tudo isso adotamos como mote geral de nossa tese ao congresso duas ideias cruciais: **precisamos nos ver como uma só categoria e estar à altura dos desafios para nossa categoria e para além dela, para nossa classe trabalhadora.** Apoiando cada luta dos trabalhadores contra os patrões e governos.

Ser uma só categoria é sentir que o que acontece de ataque num setor pode significar um ataque no seu também. Ser uma só categoria é muito mais profundo que a discussão sobre federações, até porque essa discussão está sempre acontecendo por fora de discutir o crucial: precisamos de unidade sim, mas a precisamos é para poder lutar com mais força, não é para abrir mão de direitos como sempre faz a FUP e as centrais sindicais alinhadas e subordinadas ao governo como CUT. A unidade para lutar exigirá enfrentar as atuais direções da FUP e diversos sindicatos que não querem desenvolver a luta da categoria para subordinar a categoria aos seus nomeados na empresa e subordinar a categoria ao governo Lula e sua conciliação de classes.

ADOTAR UMA CAMPANHA CENTRAL NO PRÓXIMO PERÍODO: IMPEDIR ESCALAS DE TRABALHO ABUSIVAS E CONQUISTAR A REDUÇÃO DA JORNADA DE TRABALHO SEM REDUÇÃO DE SALÁRIO

Em todo país temos visto crescer uma demanda de colocar fim à escala 6x1. Os empresários são contra isso, como eram contra o 13º salário, a colocar limites a jornada de trabalho na semana ou mesmo em abolir o trabalho infantil. É necessário abolir essa escala, e que isso aconteça sem reduzir salários, para assim conseguir uma redução do desemprego e que isso aconteça em detrimento dos lucros dos empresários.

Na própria Petrobrás existe essa escala absurda em terceirizados e precisamos que ela seja extinta, que isso seja colocado em ACT, bem como a proibição de escalas diferentes dos terceirizados em relação aos trabalhadores efetivos.

A desigualdade de escalas e de direitos entre efetivos e terceirizados é uma arma patronal para nos dividir.

Essa luta para acabar com as jornadas abusivas dos terceirizados poderia (e deveria ser em nossa opinião) uma grande demanda da categoria: **fim da escala 6x1, igualar as escalas dos terceirizados a dos efetivos, e lutar pela jornada 4x3 com 30h semanais, sem redução de salário.** E pela redução equivalente de 25% em todos os demais regimes de trabalho, seja em terra, seja no offshore.

PROPOSTAS PARA APROVAÇÃO NO CONGRESSO E PARA O ACT:

Apoiamos e defendemos que o congresso reafirme a necessária independência de classe, o fortalecimento da solidariedade classista com outros sindicatos e organizações que lutem pela independência de classe, como a CSP-Conlutas. Lutamos desde a eleição sindical para construir o que será votado nesse congresso: a comissão de representantes. Também buscaremos construir juntos a luta contra os leilões de petróleo, começando pelo ato a organizar no leilão marcado para 17/6, entre outras propostas que serão apresentadas pela diretoria do Sindipetro-RJ, e sobre as quais nos pronunciarmos, além disso, defendemos:

QUE O CONGRESSO ORGANIZE E DEBATA COMO VENCER NAS LUTAS EM CURSO

Temos muitas pautas da categoria e precisamos que elas avancem. Porém para termos mais força precisamos que o Congresso debata como vencer nas lutas mais gerais que estão acontecendo. Se vencermos elas teremos maiores condições para avançar em outras reivindicações, isso passa por este Congresso pautar efetivamente a luta do teletrabalho e a luta por aumento de efetivo como parte de uma luta por SMS, para impedir acidentes e para enfrentar o adoecimento dos trabalhadores por excesso de trabalho, stress. É absurdo e reflexo de como a FUP subordina a categoria ao governo Lula, o fato que não exista hoje nenhuma luta contra os leilões de petróleo e pela reestatização de todas as unidades privatizadas. Como o governo Lula não quer fazer isso, a FUP não organiza a luta nessas unidades e sindicatos para não contrariar o governo e seus indicados na alta administração desta empresas.



1 - TELETRABALHO:

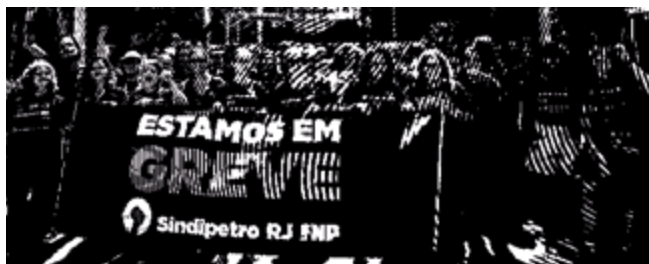
nossa consigna é nenhum passo atrás. Lutaremos em meio às mobilizações e greves para manter nossa reivindicação inicial e sobretudo não soltaremos a mão de ninguém: é inaceitável um acordo que exclua os trabalhadores PCDs. Também é absurdo um acordo que dê direito aos gerentes revogarem o seu teletrabalho ao seu bel-prazer. Essas duas questões têm que virar condições intocáveis pra categoria em meio a uma luta para impedir retrocessos, lutando para manter o atual tempo presencial e avançar na batalha para ampliar nossos direitos. Para vencer é crucial coordenar todas as comissões de base pelo país, exigir que sejam criadas onde os sindicatos não permitiram ou não incentivaram a que surgissem, para organizar democraticamente e pela base a continuidade da luta. A unidade construída pela cúpula da FNP e da FUP não substitui a necessária unidade pela base. Não abandonar a luta pelo abono dos dias de greve e para impedir toda e qualquer retaliação à categoria, inclusive em GD/GDR.

2 - EFETIVO:

É necessário lutar para imediata reposição de todo efetivo da empresa, que vem encolhendo desde 2014 e diminuiu muitíssimo sob Bolsonaro. Precisamos de mais empregos para ter maior segurança operacional e redução da jornada de trabalho para ter maior qualidade de vida. Imediata convocação (ainda no ano de 2025) de todo cadastro de reserva dos últimos concursos de todas empresas do sistema Petrobrás, garantia de concursos anuais para repor cada aposentadoria, e efetivação sem concurso público (já que já comprovam saber executar o serviço) dos terceirizados para acabar com sua discriminação que afeta sobretudo negros e mulheres e para eles se verem como parte da mesma luta nossa pelo fim da terceirização.

3 - ORGANIZAR A CATEGORIA PELA BASE:

Organizar corpo de representantes de base, com eleição proporcional ao tamanho da base e sua sindicalização. Lutar para que ACT preveja liberação para reunião do corpo de representantes.



4 - BUSCAR SINDICATOS, FEDERAÇÕES E CENTRAIS SINDICAIS EXIGINDO A ORGANIZAÇÃO DE UM DIA DE GREVE GERAL PELO FIM DA ESCALA 6X1:

Esta escala de trabalho absurda, praticada com terceirizados na Petrobrás é um tema sentido por toda classe trabalhadora brasileira e que na luta pra sua efetivação pode abrir caminho a outras pautas, inclusive na Petrobrás ao colocar efetivos lutando em prol das condições de trabalho de uma parcela ainda mais precarizada dos terceirizados. A partir desta luta ganharia mais força bandeiras como retomada de todas unidades que foram privatizadas, a Petrobrás 100% estatal, pela revogação das reformas, fim do arcabouço fiscal, entre outras. Por isso este congresso aprova um chamado para as entidades sindicais construírem um movimento nos locais de trabalho pelo fim desta escala e que assim seja possível organizar uma greve geral pelo fim da escala 6x1.

5 - FIM DA CHANTAGEM QUE SOFREMOS NO GOVERNO BOLSONARO E QUE ELETRONUCLEAR SOFREU ESSES ANOS NO GOVERNO LULA: ULTRATIVIDADE DO ACT:

A Reforma Trabalhista acabou com o conceito de ultratividade, que dizia que um acordo era válido até que fosse substituído por um novo, com o novo entendimento as empresas podem chantagear trabalhadores dizendo “se não assinarem agora voltam aos direitos que tem a CLT”. A reforma trabalhista criou uma regra que quase sempre funciona contra os trabalhadores, essa regra diz que “o acordado vale mais que o legislado”. Então precisamos que o Acordo diga o contrário que fez Reforma Trabalhista: ultratividade do ACT até que um novo seja assinado. Tiremos a corda do pescoço e deixemos escrito em pedra que não poderão mexer em nossos direitos para facilitar privatizações.

6 - ISONOMIA ENTRE TODAS EMPRESAS DO SISTEMA PETROBRÁS:

entre todas empresas do sistema Petrobrás, nos ACTs, planos de cargos, e todos benefícios (incluindo benefício para exercício físico, e garantir abrangência para todas regiões e cidades), possibilidade de permutas e mobilidade entre as empresas, bem como garantia de acesso e utilização de mesmo sistemas e softwares. Lutar pela incorporação dos trabalhadores das subsidiárias à Holding.

Isonomia em todos cargos e condições de trabalho, inclusive nos direitos dos novos funcionários.

7 - LUTAR PELA ISONOMIA DE DIREITOS COM A PETROBRÁS DA PPSA E DAS EMPRESAS PRIVADAS.

8 - REDUÇÃO DA JORNADA DE TRABALHO SEM REDUÇÃO DE SALÁRIO:

Chega de se acabar de cansaço de tanto trabalho e tanto tempo desperdiçado no transporte para o trabalho. Redução da jornada de trabalho para 4x3 (quatro dias de trabalho por três de descanso) e 30hs semanais, como é a demanda de várias categorias, e que esta redução se faça sem redução salarial, para melhoria da qualidade de vida. Proporcional redução nas escalas de turno embarcado e não embarcado: 6x11 no turno de terra e 14X28 no offshore.

9 - GARANTIA QUE TODAS FUNÇÕES QUE EXISTEM NO SISTEMA PETROBRÁS EXISTAM EM UM NOVO PLANO DE CARGOS

Chega de precarização e terceirização como instrumento de precarização, que todas as funções, inclusive as que não exigem nível técnico, existam no plano de cargos da Petrobrás para garantir melhores condições de trabalho para todos.

10 - TERCEIRIZADOS: FUNDO GARANTIDOR E ESCALAS IGUAIS COMO PARTE DE UMA LUTA MAIOR PELA EFETIVAÇÃO:

Lutar pelo imediato retorno do fundo garantidor e existência de cláusulas no ACT que proibam escalas de trabalho diferentes das praticadas pelos próprios, estabelecimento de piso salarial regional e luta para igualar direitos com os próprios como parte de uma luta pela efetivação sem concurso.

11 - TER POLÍTICA DE SMS DE VERDADE, COM AUTONOMIA DOS TÉCNICOS DE SEGURANÇA:

Chega de subordinar o SMS à produção e operação, isso tem custado vidas e saúde dos trabalhadores. Queremos a volta de SMS independente e que tenha autonomia para parar trabalhos. Isso passa também por ter o SMS próprio. Isso também se relaciona com o aumento de pessoal de SMS para garantir maior rotina de inspeções e treinamentos feitos por pessoal próprio e com experiência não só na teoria, mas também na execução dos serviços.

12 - VOZ E VOTO DOS REPRESENTANTES DOS TRABALHADORES EM COMISSÕES DE INVESTIGAÇÃO E COMISSÕES DE PREVENÇÃO DE ASSÉDIOS E OUTRAS VIOLÊNCIAS NO TRABALHO:

Tratar a investigação de casos de violências no trabalho e de assédios (começando pelos casos mais graves, de violências sexuais) como “acidentes de trabalho”, exigindo obrigatória participação de representantes da bancada eleita da CIPA e sindicatos. Garantia de adequado treinamento para participação.

Participação paritária de sindicatos e eleitos pelos trabalhadores na CIPA, com direito de voz e voto nos programas de prevenção de assédio moral, violências no trabalho e diversidades.

13 - LUTA CONTRA AS OPRESSÕES:

Lutar pela efetiva igualdade salarial entre homens e mulheres, inclusive nas empresas terceirizadas. Lutar contra o racismo, lgtbfobia, xenofobia, etarismo, capacitismo e todas formas de opressão.

Denunciar que na maior empresa do país milhares de mulheres e negros estão nas piores condições de trabalho e sofrendo diariamente calotes e outros abusos por parte das empresas terceirizadas com a absoluta conivência da Petrobrás. A realidade das e dos terceirizados escancara como a política de “mentorias” e de “romper o teto de cristal” pouco ou nada mudam do que acontece na base da pirâmide.

Garantia de acolhimento e investigação independente pela Petrobrás das empresas terceirizadas nas denúncias de assédio sexual, racismo e todas violências no trabalho. Defesa das pautas aprovadas pelas mulheres petroleiras em seus fóruns e em outros fóruns sobre opressões que sejam organizados pelo sindicato e federação.

Apoio às lutas das mulheres, dos negros, da população LGBTIQIAP+ dentro e fora do sistema Petrobrás, apoiar a luta das mães de vítimas de violência do estado e apoiar as lutas em defesa da educação sexual, de anticoncepcionais gratuitos e de qualidade e direito ao aborto livre, legal e seguro.

14 - RETORNO DA AMS COMO PLANO GERIDO PELA PRÓPRIA PETROBRÁS, E LUTA PARA AVANÇAR AO FINANCIAMENTO INTEGRAL PELA EMPRESA:

Retorno do plano estatal, ampliação de rede credenciadas em todo país já que trabalhamos num sistema Petrobrás que é nacional. Avançar na luta para que plano seja 100% financiado pela empresa, o 70x30 não pode ser o ponto final do que a categoria quer.

15 - FIM DOS PEDS: PETROBRÁS, PAGUE SUAS DÍVIDAS NA PETROS! CONTRA A MIGRAÇÃO FORÇADA E FIM DO BENEFÍCIO DEFINIDO (BD):

Fim dos assassinos cortes nas aposentadorias, os PEDs. Se trata de uma política que é verdadeiramente assassina já que há vários relatos de adoecimento e suicídio pela situação. Não à migração forçada e manutenção dos direitos já garantidos, seja nos planos BD ou Contribuição Definida (CD). Não à política de tentar convencer a categoria de aceitar da migração como tem acontecido na “caravana de informações FUP-FNP”.

16 - REPARAÇÃO AOS APOSENTADOS DE TODAS AS PERDAS ACUMULADAS

17 - INCORPORAÇÃO DA RMNR EM SALÁRIO E GARANTIA DE PAGAMENTO REAL DA PERICULOSIDADE

18 - ISONOMIA E GARANTIA DE DIREITOS NOS ADICIONAIS:

Garantia de reajuste de todos adicionais aplicando mesma porcentagem do aplicado nos rendimentos de RMNR, Todos adicionais devem contar para fins de RN (Remuneração Normal do Empregado). Que todos adicionais tenham cláusula de indenização se por decisão da empresa ocorra descontinuidade do trabalhador no regime de trabalho, a inexistência desta garantia favorece práticas de assédio moral.

19 - BANCO DE HORAS:

Este só pode existir mediante explícita manifestação do funcionário e a contabilização de horas realizadas deve ser idêntica da hora extra. Descontar ou pagar em horas, pagar ou folgar será escolha do funcionário a ser realizada em janeiro em todas unidades, sejam administrativas ou operacionais.

20 - AUMENTAR O VALOR DA HORA EXTRA PARA 200%, COIBINDO SUA UTILIZAÇÃO E GERANDO MAIS EMPREGOS

21 - PLR MÁXIMA, JUSTA E IGUALITÁRIA:

Instituição de uma Política de PLR (Participação nos Lucros e Resultados) máxima (remunerando no limite maior que a lei permite), justa e igualitária para todos os trabalhadores do Sistema Petrobras, do Gerente Executivo ao trabalhador de chão de fábrica devem ter a PLR igual já que todos contribuíram para o resultado da Companhia. Garantia de valor mesmo se não houver lucro por impairments ou decisões contábeis que os trabalhadores não controlam. Lutar para que PLR passe a ser incorporada ao salário. Imediato pagamento de todos valores prometidos na PLR 2024 na Petrobrás.

22 - MOBILIDADE E FACILITAÇÃO DE TRANSFERÊNCIAS INTERNAS:

Implementação de um processo transparente e acessível para solicitações de transferência entre setores e unidades. Retomada do banco de dados de permutas e oportunidades, sistema acessível a qualquer funcionário, sem necessidade de pré-aprovação gerencial para trocas em mesmo cargo e função. Fim das transferências compulsórias, havendo negativa de interesse do trabalhador para qual foi oferecido transferência e que tenha recusado, estabelecer procedimento para oferta a demais trabalhadores, seguindo a seguinte ordem: oferecer na mesma gerência setorial, seguido de oferecer na gerência de linha e gerência geral e depois no banco de permutas e oportunidades.

Garantia de retorno imediato para trabalhadores que foram deslocados devido a privatizações.

Garantia de atendimento às solicitações de transferência de trabalhadores que manifestem insatisfação com o setor atual, respeitando seu interesse.

Priorização de transferências para trabalhadores transferidos por privatização e aqueles com suspeita de adoecimento físico, mental e respeito à família do trabalhador.

23 - CARREIRA TÉCNICAS ESPECIALIZADAS, COMO DE ESPECIALISTA E DE CONSULTOR, PRECISAM EXISTIR:

Especialistas técnicos são necessários, repudiamos a transformação destes cargos em assessores/substitutos de gerentes e outros cargos de confiança. Especialista é especialista, gestor é gestor, consultor e especialistas não podem ser considerados cargo de confiança. Respeito e cumprimento da chamada “carreira em Y”.

24 - RECONHECIMENTO DOS ADICIONAIS ONDE JÁ SÃO CABÍVEIS:

Por exemplo ao trabalhadores de SMS e inspeção no “adicional de extramuros”, ou do adicional de polidutos no TEJAP.

25- REVALORIZAÇÃO DA PESQUISA E DO CENPES

Chega de privatização, terceirização e precarização da pesquisa na Petrobrás. Hoje em dia o “pesquisador” é mais fiscal de contrato do que pesquisador. Se hoje houvesse um desafio tecnológico como foi o pré-sal anos atrás, Petrobrás não conseguiria vencer os obstáculos. Isso passa por revalorizar e mudar, dos pés à cabeça o lugar da pesquisa na empresa, tornando-a própria e com um forte aumento de recursos, cortando dos dividendos e assim gerar empregos e conhecimentos no país, inclusive para uma verdadeira transição energética, coisa que a Petrobrás não está fazendo.

26 - RECONHECIMENTO DE REGIME DE TRABALHO NA APROPRIAÇÃO:

Reconhecimento da atividade como essencial e estratégica para a Companhia, impedindo sua terceirização, e criação de um novo regime de trabalho específico ou implementação de turno.

Garantir que o trabalho seja feito por funcionários próprios, sem aumento de terceirização e que os terceirizados que já estão no setor tenham mesmas escalas que os efetivos.

Estabelecimento de adicional remuneratório condizente com a escala, responsabilidade e a complexidade da atividade.

27- CRIAR VALE-ALIMENTAÇÃO NO VALOR DE UMA CESTA BÁSICA DO DIEESE PARA TODOS FUNCIONÁRIOS, E GARANTIA DO ATUAL VALOR (REAJUSTADO) DE VAVR A TODOS OS EMPREGADOS ELEGÍVEIS:

Mesmo quando há oferecimento de comida *in natura*, os trabalhadores ainda têm que se alimentar em casa também, por isso é necessário garantir um auxílio alimentação para todos funcionários, independentemente do local de trabalho. Este auxílio será no mínimo equivalente ao maior custo de cesta básica calculada pelo DIEESE (ou R\$909,25 em abril/2025). Os presentes valores de auxílio alimentação e refeição se somariam a este valor tratado acima e seriam mantidos a todos os funcionários elegíveis para isso. O valor deste segundo benefício será reajustado conforme o custo da inflação de alimentação fora de casa, que tem sido superior à inflação geral.

28 - RETORNO DO BENEFÍCIO JOVEM UNIVERSITÁRIO:

Garantir abertura para estudantes que ingressaram depois de 2019 e, assegurar garantia de dar entrada no programa em data posterior ao ACT.

29 - GARANTIA DO AUXÍLIO TRANSFERÊNCIA E AUXÍLIO PROVISÓRIO DE TRANSFERÊNCIA EM ACT:

Garantia de permanência destes direitos regrando-os em ACT. Retorno do auxílio em formato mensal, e valores reajustados pela inflação em relação a como eram praticados esses auxílios. Garantia de pagamento do adicional para novos funcionários que sejam lotados em unidades diferentes de seu local de residência prévio à assinatura do contrato de trabalho.

30 - GARANTIA DE ADICIONAL DE EXTRATURNOS EM TODOS FERIADOS NACIONAIS E, EM FERIADOS LOCAIS QUE EXISTAM OU VENHAM A EXISTIR E REFERIAM-SE A LUTA DOS NEGROS, DAS MULHERES E OUTROS SETORES OPRIMIDOS**31 - NÃO À NOMEAÇÃO EM CARGOS DE CONFIANÇA POR PARTE DOS SINDICATOS, ABOLIÇÃO DOS CARGOS DE CONFIANÇA ONDE NÃO FOREM NECESSÁRIOS E ELEIÇÃO DIRETA ONDE NECESSÁRIO****32 - NEGOCIAÇÃO E IMPLANTAÇÃO JÁ DE UM ÚNICO PLANO DE CARGOS E SALÁRIOS**

Um PCCS que garanta isonomia de direitos, reparações e garanta a existência de todas carreiras e atividades existentes no sistema Petrobrás. Garantia de evolução nos cargos, fim do abismo salarial entre superior e médio, valorizando o médio, entre outras pautas a se somar às pautas já protocoladas por FNP e FUP.

33 - MEIO AMBIENTE E BENS NATURAIS COMUNS:

Contra a entrega de bens naturais comuns. Não aos leilões de petróleo.

Contra o negacionismo: as alterações climáticas são catastróficas e exigem uma resposta urgente.

Contra a demagogia de capitalismo verde e as enganosas soluções propostas nas COPs, pelos governos e empresas. Não há transição energética nenhuma nas mãos das empresas, inclusive da Petrobrás. O aumento da produção de petróleo no Brasil tem significado um aumento na contribuição ao aquecimento global e um aumento dos dividendos dos acionistas estrangeiros e não nada que sirva aos trabalhadores.

Uma transição energética verdadeira exige o combate ao capitalismo - que essa bandeira seja tomada pelos trabalhadores e que estes controlem a produção, para que seja voltada para suprir as necessidades e reconstruir a relação com a natureza, e não para engordar o lucro dos grandes acionistas.

Ampliar o debate na categoria sobre a exploração da Foz do Amazonas/Margem Equatorial e seus impactos no meio ambiente e nas regiões.

34 - AVANÇAR NA SOLIDARIEDADE INTERNACIONAL COM TRABALHADORES E POVOS EM LUTA NO MUNDO:

Impedir que o petróleo brasileiro sirva para abastecer Estado de Israel e seu genocídio do povo palestino. **Reafirmar que a categoria apoia a política de ruptura de relações com o Estado de Israel.**



ASSINAM ESTA TESE

Transpetro:

Leandro Lanfredi,
Amaro Cabral Monteiro,
André Luis Martins Azevedo,
Vinicius Augusto de Araujo,
Alexandre Maciel,
Trevor Dobbin,
Tatiana Leite,
Lucas Thiago Dias,
Marcus Vinicius Martins da Cruz,
Ramon Machado Ribeiro de Assumpção Nunes
Elisdenia Freitas Araújo

Petrobrás:

Alexandre Miguez
Kelber Costa
Guilherme Augusto Requenate Fonseca
Vanessa Rodrigues Correia da Silva
Leandro Domingos Corrêa

PBIO:

Marcelo Domingos Corrêa
Ricardo Araújo Esquerdo
Rodrigo da Costa Coutinho
Vitor Luiz Medeiros Barros Junior
Vinicius Campos Lima
Viviane de Oliveira Coelho
Jansen Renato de Carvalho Seixas
Deivis Aparecido de Araújo

Apoio:

André Luis Marques da Silva (Transpetro - Suape, PE); Rogério Inácio Silviano Viana (Transpetro - Cabiúnas); Marcus Vinicius Favi Baptistella; Rafael do Prestes Martins (Transpetro- Sede); Estélio Menezes Rola Júnior (PBIO - Montes Claros, MG); Lourival Barbosa (Transpetro - Candeias, BA)

Tese Aposentados e Pensionistas

TESE CONGRESSO DO SINDIPETRO-RJ

2025

GRUPO GI – APOSENTADOS PRESENTES

1. Histórico dos problemas dos Aposentados

1. A Petrobrás, a partir de 1965, complementava as aposentadorias, conforme o manual de pessoal vigente à época. Para se livrar deste encargo a direção da Empresa, determinou ao RH que estudasse a viabilidade de criar um Plano de Previdência e de Assistência para os empregados.
2. Assim, em 1970 é criado o Fundo de Pensão dos Petroleiros, a Petros, que procurava garantir uma aposentadoria próxima de uma média do salário dos últimos anos de trabalho do empregado. Esse Plano foi criado e gerido pela Petrobrás através da Fundação Petrobrás de Seguridade Social - PETROS que tem a responsabilidade das aplicações dos recursos provenientes da contribuição dos empregados e patrocinadoras. O Plano é de benefício definido que tem a vantagem de dar ao empregado segurança e a possibilidade de visualizar o que esperar na condição de aposentado, além de facilitar, ao empregador, a renovação dos seus quadros funcionais.
3. No decorrer dos anos, várias modificações foram feitas no Plano PETROS-BD, sendo que em 1984, ocorreu numa época em que a defasagem dos benefícios pagos aos assistidos, estava rebaixando as aposentadorias e pensões, resultando no **Artigo 41 do Regulamento do Plano PETROS**, que garantia o valor da aposentadoria em 90% do que ganhava o empregado na ativa e garantindo também o reajuste pelos mesmos percentuais dos empregados ativos.
4. Em 1991, houve nova modificação do artigo 41, que resultou na correção dos benefícios nos mesmos períodos dos empregados ativos, com um acréscimo, opcional, de 3% na contribuição dos mantenedores beneficiários da PETROS (faixa dos majorantes).

2. Perseguição aos Artigos 41 e 48 do Regulamento Petros

5. Em 2001 a PETROBRÁS e a PETROS tentaram, através de supostas vantagens, impor a migração dos aposentados e pensionistas para o Plano Petrobrás Vida- PPV, de Contribuição Definida-CD. No acordo coletivo 2003/2004, mais uma vez, a Petrobrás tentou a migração dos aposentados e pensionistas, cuja a essência seria desvincular os assistidos dos ativos, com adequação do artigo 41 do Regulamento do Plano PETROS, oferecendo em troca desse artigo, o adiantamento do 13º benefício e o pagamento de 3 benefícios. Mais uma vez os aposentados e pensionistas, com a ajuda dos empregados ativos, recusaram a proposta. Não satisfeita, a PETROBRÁS, em 2005, através do Grupo de Trabalho de Previdência Complementar-GTPC, insistiu em apresentar proposta de um Plano para os novos empregados denominado PETROS-2, de contribuição definida (CD), garantindo o saldamento do Plano PETROS- BD (cobertura das dívidas), desde que seja alterado o artigo 41, do Regulamento do Plano PETROS-BD, determinando que os reajustes, dos aposentados e pensionistas, passem a ser com base em um índice de correção monetária, que seria o IPCA.

6. Cabe lembrar que a PETROBRÁS durante a migração do Plano PETROS-BD para o Plano Petrobrás Vida - CD, ofereceu como incentivos 2,5 e 2,75 benefícios aos aposentados e pensionistas, no entanto, com as ações judiciais implementadas pela FUP e pelo SINDMAR, o Plano Petrobrás Vida, através de liminares, foi suspenso.

7. Em 30 de abril de 2004, o Juiz Federal da 14ª Vara da Seção Judiciária do Distrito Federal, julgando o mandato de segurança impetrado pela FUP, declarou nula a portaria da Secretaria de Previdência Complementar-SPC que aprovou o PPV, em sentença que não cabe efeito suspensivo.

8. No ano de 2002 a FUP ajuizou ação na 18ª Vara Cível do Rio de Janeiro, pelo advogado Dr. Luis Antonio Castagna Maia (falecido em 14/01/2012), que solicitou o pagamento, pela PETROBRÁS, de todas as dívidas que as patrocinadoras tenham com o Plano PETROS, desde a sua fundação até os dias atuais, sendo que o Juiz indicou o perito. Os honorários foram depositados pela FUP, PETROBRAS e PETROS, a perícia foi concluída em 2006 apurando uma dívida das patrocinadoras em cerca de R\$ 9.7 bilhões, pela perita Marilda Dourado. O atuário Clóvis Marcolin, da FUP, apurou o déficit em torno de R\$ 13.6 bilhões, e a Petrobrás propôs um pagamento de R\$ 4.6 bilhões, o qual foi aceito pela FUP.

9. Ver sobre o Art. 48 original, conforme documento SEGEPE Petrobrás COMUNICADO em 22-11-1984, sobre a sua aprovação de redação final do Art. 48, Inciso X do Regulamento da Petros, conforme consta na Ação do Grupo de Participantes do GDP - 26/06/2023. (Vide documento em anexo).

3. Repactuaçãodos PPSP–1 BD

10. Em 2006 a Diretoria Executiva da Petrobrás, na busca de entendimento, apresentou proposta visando propiciar uma situação de equilíbrio para o Plano Petros-BD ea implementação deum novo Plano com asseguintes condicionantes: a) Convênio Pré-70; b) Fator de Reajuste Inicial – FAT; c) Fator de Correção – FC; d) Revisão dos cálculos das pensões.

11. Como condição para viabilizar esses compromissos foi exigido dos empregados, assistidos e pensionistas, a extinção das ações judiciais referentes aos itens propostos: REPACTUAÇÃO, individual maciça dos participantes, do Artigo 41 do Regulamento do atual Plano Petros e implantação do Plano Petros II-CD. Não tendo sido alcançado o percentual desejado pela empresa, em fevereiro/2007, a Petrobrás objetivando conseguir a repactuação,estipulou nova meta para implementar a repactuação em 2/3 dos participantes. No XII CONFUP, em2006, emSãoPaulo, houve divergência sobre a proposta,causando a desistência de 7 SindipetroS, que estavam contra a repactuação, sendo eles: RJ, RS, SJC, Caxias, SE/AL, PA/AM/MA/AP e LP (Este último não participou do Congresso, por decisão de assembleia, por não concordar com a Repactuação). Com apoio da maioria dos Sindipetros, essa proposta foi aprovada. Para a empresa foi atingida a meta, ao alcançar 72% de repactuantes.

12. Por terem conseguido alcançar a meta da repactuação, de 2/3 dos participantes, a repactuação foi implementada a partir de fevereiro de 2007.

13. Em 28/07/08 o juiz da 18ª Vara convocou para audiência as partes acompanhadas dos seus patronos e peritos atuariais, com a finalidade de discutirem os termos do Acordo celebrado entre PETROBRÁS/FUP/PETROS. Ao final, foi decidido que as partes elaborassem minuta das cláusulas dos instrumentos financeiros a que faz alusão o termo de Acordo, constante dos autos, para análise das partes discordantes.

14. Em 25/08/08, em audiência compareceram PETROBRÁS/FUP/PETROS e os Sindicatos discordantes do Acordo, tendo como patrono Dr.CastagnaMaia. Iniciada a sessão, o juiz, depois de considerações das partes, resolveu acatar o Acordo de Obrigações Recíprocas - AOR, aceitando que a dívida das patrocinadorasfossem pagas no 20º ano, com pagamentos de juros semestrais. Com essa decisão, a Petrobrás resolveu implementar a Repactuação, com pagamento aos repactuantes em valor de R\$ 15 mil reais ou três salários ou benefícios, o que fosse maior, referentes a perdas salariais de períodos anteriores.

15. É importante assinalar que as propostas apresentadas pelos dirigentes da época, da Petrobrás, vem de encontro, com a determinação do Conselho de Administração da Empresa, através da Ata CA – 1109/97, item “c”, que já propugnava com a desvinculação da correção dos benefícios, dos participantes, do reajuste dos salários do pessoal da ativa, bem como a desvinculação da correção dos benefícios do INSS.

16. Com a política de remuneração variável (abonos, bônus, PLR, gratificações, níveis – ACT's 2004, 2005 e 2006, bolsa de estudos, RMNR – de 2007 a 2011, PCAC – 2007, atendendo apenas os ativos), iniciada em 1995, os benefícios dos assistidos foram achatados.

ACT	ICV DIEESE %	Reposiçã o Salarial%
Set.94/Ago.95	28,16	28,73
Set.95/Ago.96	15,75	8,8
Set.96/Ago.97	6,71	3,0
Set.97/Ago.98	1,13	0,0
Set.98/Ago.99	5,79	3,89
Set.99/Ago.00	9,22	6,0
Set.00/Ago.01	8,30	6,40
Set.01/Ago02	7,45	7,40
Set02/Ago.03	15,49	15,50
Set.03/Ago. 04	7,82	7,82
Set.04/Ago. 05	4,89	6,02
Set.05/Ago. 06	2,80	2,80
Set.06/Ago. 07	4,42	4,18
Set.07/Ago. 08	6,03	6,17
Set.08/Ago. 09	4,44	-
Total	334,06	272,53

17. Observação: Se atualizarmos esses índices e compararmos com a remuneração variável, até a data de hoje, em 2023, essas perdas possivelmente atinjam mais de 100%.

18. Conforme Tabela do IBEPS, em anexo.

4. Crítica a Remuneração Variável

19. A partir de 1994, durante o governo do FHC, foram realizadas modificações nas políticas de Recursos Humanos nas empresas estatais, objetivando a desestruturação da sua mão-de-obra para facilitar, num segundo estágio, a implementação de uma política de privatização. Esta política tem por base a remuneração variável através de abonos, bônus, PLR e gratificações etc.

20. Quanto à PLR podemos elencar uma série de características que afetam os empregados ativos, como: não são incorporados aos salários, conseqüentemente não aumentam o valor da sua aposentadoria; não incidem para o cálculo de periculosidade, ATS, horas extras, 13º salário e férias, ou qualquer outra vantagem ligada ao salário base; não contribuem para o FGTS, INSS e Petros.

21. As remunerações variáveis vêm sendo usadas para substituir os aumentos reais de salário, que mascaram até hoje, a remuneração dos empregados e acarretaram perdas para os ativos, aposentados e pensionistas.

22. Os aposentados e pensionistas entendem que a remuneração variável tem natureza estritamente salarial e, por isso, têm entrado com ações na Justiça para recebê-las. Muitas dessas ações já tiveram sentenças favoráveis, tendo os Juizes interpretado a atitude da Petrobrás como **fraude salarial**. Além de discriminar aposentados e pensionistas, que hoje representam a maioria dos petroleiros (sendo 50.552 titulares e 15.839 pensionistas, totalizando 66.391 pessoas, apenas dentro do plano de saúde AMS, conforme carta RH/RS15/2023, de 31/05/2023). Portanto nem constam os aposentados e pensionistas que estão fora do plano de saúde, sendo esse número ainda maior. (Vide documento em anexo).

23. Cabe lembrar que essa política de remuneração variável foi apresentada através dos documentos: PRES-13/97, de 03/02/97; GAPRE-108/97, de 03/03/97; DST (Diretor Sérgio Teixeira)-13/97, de 14/03/97, que propunham uma política de desvinculação dos reajustes dos benefícios pagos aos aposentados e pensionistas, dos reajustes dos salários do pessoal da ativa. A Ata CA-1109/97, de 20/03/97, dispõe no item "C": incumbir a Comissão de Análise Atuarial da Petros (CAAP) de, no prazo de 60 dias, promover estudos objetivando a desvinculação da correção dos benefícios dos participantes do reajuste dos salários do pessoal da ativa, bem como a desvinculação da correção do plano dos índices de correção dos benefícios do INSS. (Vide documento em anexo).

24. No documento DST-13/97, no item “D” onde conclui que a Petrobrás já está praticando uma política voltada para essa filosofia, concedendo, em compensação a reajustes salariais, parcelas remuneratórias que não se integram aos salários dos empregados ativos e, por conseguinte, não se refletem nos benefícios pagos aos aposentados, minorando assim os efeitos do respectivo impacto na Petros.

25. Cabe alertar, também, aos nossos companheiros ativos que tal política trará problemas para eles na hora da aposentadoria, pois os seus benefícios anuais cairão sensivelmente em relação ao que ganhavam, anualmente na ativa.

26. Assim como, no IX CONFUP em 2003 e X em 2004, e no I Congresso da FNP em 2007, foi aprovado o fim da remuneração variável. Mas infelizmente essa prática continua sendo utilizada pela empresa e aceita pelos ativos nos Acordos Coletivos, que além de acarretar prejuízos para os trabalhadores, porque não são incorporados ao salário, não há contribuição para o INSS, FGTS e nem para a PETROS, logo os trabalhadores deverão lutar por um reajuste real de salários, que acarretará aumento do poder aquisitivo dos ativos, aposentados e pensionistas. Com isso, os ativos estarão garantindo uma aposentadoria bem mais significativa.

5. Acordo Coletivo 2020/2022 – AMS

27. Relembrando as consequências prejudiciais da assinatura deste acordo coletivo, conforme a seguinte proposta apresentada pela empresa e aprovada pela categoria, com a rejeição da grande maioria dos aposentados e pensionistas:

“Cláusula 31. Custeio da AMS

O custeio de todas as despesas com o Programa de AMS será feito através da participação financeira da Companhia e dos Beneficiários Titulares, nas proporções dos incisos abaixo e nas formas previstas neste Acordo Coletivo de Trabalho:

I. A partir de 01/01/2021 a participação será na proporção de 60% (sessenta por cento) dos gastos cobertos pela Companhia e os 40% (quarenta por cento) restantes pelos Beneficiários Titulares.

II. A partir de 01/01/2022 a participação será na proporção de 50% (cinquenta por cento) dos gastos cobertos pela Companhia e os 50% (cinquenta por cento) restantes pelos Beneficiários Titulares.

Parágrafo 1º - A Companhia e as Entidades Sindicais estabelecem que se houver mudança ou revogação da Resolução CGPAR 23, em decorrência de atos ou diplomas regularmente baixados pelos poderes executivo ou legislativo, permanecerá a relação 60x40 (sessenta x quarenta), até novo ajuste entre as partes.

Parágrafo 2º - Devido à modificação dos custos do Programa de AMS, decorrente das novas coberturas e novos Programas implementados, atendimento às sugestões da Comissão de AMS e, ainda, em razão de outros fatores (como variação dos custos médico-hospitalares), a Companhia apurará anualmente, após o fechamento do exercício, se a relação de custeio prevista

nesta cláusula foi cumprida, apresentando e propondo ajustes mediante entendimentos com a Comissão de AMS prevista no presente acordo.”

(...)

“Parágrafo 7º - Para a contribuição do Grande Risco serão praticados os valores constantes nas tabelas anexas VII e VIII, que vigorarão a partir de janeiro de 2021 e janeiro de 2022, respectivamente, sendo certo que a tabela VIII (relação de custeio 50x50) é uma projeção e que os valores reais serão definidos em setembro de 2021.

I. Para os Beneficiários sem Petros o valor da contribuição do Grande Risco será conforme a tabela IX.

II. Os valores relativos ao Grande Risco constantes nas tabelas (anexo VII, VIII e IX) serão reajustados em 01/03/2021 e 01/03/2022, pelo índice Variação de Custo Médico-Hospitalar (VCMH), referente ao período de doze meses encerrados, disponíveis na publicação mais recente do IESS – Instituto de Estudos de Saúde Suplementar, ou índice que vier a substituí-lo, considerando o percentual acumulado no período de 12 (doze) meses.

III. A aplicação do referido índice, nos termos propostos, incide apenas sobre as mensalidades devidas pelos beneficiários, sem prejuízo da observância dos limites previstos nos incisos do caput desta cláusula. Ou seja, a aplicação do referido reajuste não pode ampliar os limites previstos de participação, devendo ser promovidos os ajustes necessários quanto aos valores devidos pelos beneficiários para observar o referido limite, mesmo com a aplicação do reajuste proposto.”

28. Análise do prejuízo com relação ao custeio da AMS, que passou de 70x30 para 60x40 em 2021. O grande argumento é a adequação à resolução 23 da CGPAR, no entanto esta resolução teve efeito suspensivo por uma liminar da FNP que não foi respeitada.

29. Conforme um trabalho apresentado pelo economista IBEPS, Eric Gil Dantas, divulgado pela FNP e sindicatos a ela associados:

“Em dois anos teremos um aumento médio de 261%, um aumento médio ponderado (pela quantidade de beneficiários por faixa etária salarial) de 259% e uma mediana de 199%.”

30. Além do reajuste da variação do custo médico-hospitalar (VCMH), que é cobrado todo mês de março, sendo um índice muito acima do que é reajustado no salário.

31. Aqueles aposentados que ficaram sem margem consignável para desconto em folha, estão sendo cobrados através de boleto bancário, sendo punidos com a exclusão do plano de saúde da AMS caso ocorra inadimplência de pagamento por 60 dias, em um período de um ano, consecutivos ou não.

32. Tivemos também aumento no índice da margem consignável para descontos, que passou de 13% para 30%, ficando condicionada à priorização do desconto da AMS pela Petros em sua folha de pagamento.

33. Observação: A partir do ano de 2023 conseguimos através de negociação, o retorno do custeio da AMS – APS, para 70 x 30.

34. Além desses reajustes que tivemos em nossa AMS, também estamos sofrendo com os descontos extraordinários no contracheque Petros, a título de equacionamento do Plano, referente aos anos de 2015, 2018 e 2021.

6. PETROS

35. Em função das lutas pelo fim dos equacionamentos (PED's), foi criado através do Fórum um GT Quadripartite com o intuito de negociar os descontos referentes aos anos de 2015, 2018 e 2021, e está sendo discutida a possibilidade de aporte financeiro para sanar os déficits que a patrocinadora tem com o Fundo Petros.
36. Através de uma caravana criada por esse GT, está sendo sinalizado que a Petrobrás apenas aportaria qualquer quantia desde que fosse criado um novo Plano, porém ainda não há nenhuma proposta oficial da empresa a respeito. Talvez se trate de um Plano CD, com migração de no mínimo 60% dos integrantes do Plano BD para o novo Plano.
37. Entendemos que a Petrobrás é a a única e total responsável por TODOS os equacionamentos que os participantes estão sendo impactados. Não nos cabe agora enumerar cada um deles, mas que criou, comandou (e comanda) e fez o que quis com ela, pois nomeava suas diretorias. E ainda possui o voto de qualidade (Minerva) no Conselho Deliberativo (instância máxima da Fundação). Sabe-se que a Petrobrás deixou claro, no GT, que aconteça um amplo acordo nas principais ações judiciais e que ocorra a migração para um Plano CD. Desconsiderando a ilegalidade desta migração, devido à quebra de mutualismo, condição básica de um Plano BD, queremos ressaltar: no mutualismo não existe RMI (Reserva Matemática Individual) porque ninguém é dono da parte individual do recurso, mas sim, do total acumulado por todos. Sendo assim, se alguém migrar e levar a parte que lhe cabe, o que acontece com os que permanecerem no Plano e que contam com o total de recursos para manutenção dos seus benefícios vitalícios? Serão impactados por equacionamentos até o fim de suas vidas? Outra observação: Em um Plano BD, o participante em caso de falecimento, não deixa herança, porque como já foi dito antes, os recursos pertencem aos demais. Na suposta proposta (migração para um Plano CD/CV) do GT, o participante deixa herança. Mas se esses recursos individuais forem impactados pelo sistema financeiro ou políticas econômicas governamentais, corre o risco de ver seu benefício terminar antes do fim de sua vida.
38. Outro fato a questionar, sobre o tal fundo de longevidade para manter esse novo Plano, caso se extingam os recursos individuais pós migração, está previsto na legislação específica, mas não está aprovado e nem regulamentado. Corre-se o risco de novos equacionamentos/redução dos benefícios.

39. Caso de fato venha a ser proposta uma possível migração, os diretores aposentados da Secretaria do Sindipetro-RJ, já se posicionaram contra tal migração, conforme documento já assinado pelos mesmos.

7. PROPOSTAS DE BANDEIRAS DE LUTAS DOS APOSENTADOS E PENSIONISTAS

1. Fim dos PED's com os aportes das patrocinadoras;
2. Cobrar que da patrocinadora que honre com suas dívidas junto ao Plano Petros;
3. Retorno da administração do plano de saúde para o Serviço RH Compartilhado - Petrobrás, com o fim da APS;
4. Melhoria nos atendimentos da AMS com postos avançados, com retorno do atendimento presencial em todos os estados;
5. Credenciamento de mais profissionais de qualidade em todas as especialidades médicas e odontológicas, em todos os estados;
6. Melhorias no PASA – Programa de Avaliação da Saúde dos Aposentados, com atendimentos presenciais em todos os estados;
7. Inclusão dos exames e procedimentos indicados pelo médico do PASA, que não fizerem parte da cesta de procedimentos, com 100% de custeio pela AMS;
8. Volta da emissão da carteira de aposentado, quando o empregado se aposenta, com acesso às áreas administrativas;
9. Acabar com a correção pelo índice VCMH;
10. Reajuste da AMS sendo o mesmo da tabela salarial;
11. Lutas por ganhos reais de salários na tabela salarial ao invés da remuneração variável;
12. Reposição das perdas salariais dos acordos coletivos 2019/2020, de 4% para ativos e aposentados;
13. Dar ênfase à defesa das categorias que compõem o setor privado de petróleo.

Assinam:

Roberto C. Ribeiro
Reinhold F. M. W. Schopke
Antonio dos Reis Furtado
Haroldo Ferreira Filho
Celso Alves
Antonio Carlos Peçanha
Enaldo Barcellos
Selivaldo Bernardo
Edson Francisco

José Roberto Moura
Fernando Moraes
Paulo Moreira da Rocha
Ieda Cereijo dos Santos
Clarisse Brites
Silvio Sinedino
Jorge Antônio Rosa

Anexos da Tese Aposentados e Pensionistas

PETRÓLEO BRASILEIRO S.A. - PETROBRÁS
SECRETARIA GERAL DA PETROBRÁS (SEGEPE)
C O M U N I C A D O

A decisão contida **neste documento** é de caráter **reservado e** de use exclusivo do órgão destinatário, sendo vedada a reprodução

REFERÊNCIA

Ata CA 1.109, Item 7, de 20-3-97- Pauta nº 30

ASSUNTO

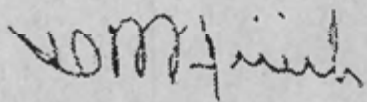
FUNDAÇÃO PETROBRÁS DE SEGURIDADE SOCIAL - PETROS - Resultado da Avaliação da situação Atuarial

D E C I S Ã O

O Conselho de Administração tomou conhecimento do relatório apresentado pelo Grupo Técnico através do DIP-GAPRE-113/97, de 6-3-97, e resolveu: a) determinar a implementação das recomendações constantes do mencionado relatório, adotando as seguintes providências: a.1) introduzir, imediatamente dentro das normas em vigor, no Regulamento do Plano de Benefícios da Fundação Petrobrás de Seguridade Social - PETROS: a.1.1) definição do grupo familiar do aposentado para fins de percepção dos benefícios previstos no Plano; a.1.2) regras para a inclusão de parcelas de remuneração não estáveis no cálculo do salário de participação, com o objetivo de evitar repercussões negativas no Plano de Custeio; a.1.3) carência e/ou proporcionalidade para percepção dos benefícios de aposentadoria, de modo a evitar o pagamento de benefícios sem a devida contrapartida no Plano de Custeio; b) aprovar a constituição, por ato do Presidente da Companhia, da Comissão de Acompanhamento de Atividades da PETROS (CAAP); c) incumbir a CAAP de, no prazo de sessenta dias, promover estudos objetivando a desvinculação da correção dos benefícios dos participantes do reajuste dos salários do pessoal da ativa, bem como a desvinculação do plano dos índices de correção dos benefícios do Instituto Nacional do Seguro Social - INSS; d) aprovar o regimento interno da CAAP, conforme proposta apresentada pelo Diretor Orlando Galvão Filho; e) incumbir o Diretor de Contato com a PETROS de manter o Conselho de Administração informado quanto ao cumprimento da decisão constante da alínea "a"; f) determinar à Assessoria de Modernização Empresarial (ASSEME) que inclua a CAAP nas Normas de Organização da Companhia, face à sua característica de instrumento permanente de apoio e assessoramento às decisões do Conselho de Administração.

CIENTIFICADO(S)

SEREC - SEFIN - SEJUR - ASSEME - PETROS


Hélio Shiguenobu Fujikawa
Secretário-Geral da PETROBRÁS

DST- 13/97

Rio de Janeiro, 14 de março de 1997.

Ao
Dr. José Coutinho Barbosa
Coordenador do Grupo Técnico

Assunto: Plano de Custeio da PETROS
GAPRE-108/97, de 03-03-97

Prezado Senhor,

Incumbiu-me o Sr. Presidente desta Fundação de prestar a V.Sa. os esclarecimentos adicionais a respeito das proposições formuladas pelo GT, informando-lhe o estágio em que as mesmas se encontram, no âmbito da PETROS.

A partir das proposições inseridas no Relatório do Grupo Técnico, a PETROS, em articulação com o SEREC e o SEJUR, examinou as seguintes medidas que, se aprovadas pelo Conselho de Administração da PETROBRAS, deverão ser implementadas de imediato:

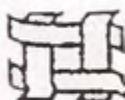
A) Definição do Grupo Familiar para fins de percepção dos benefícios do plano.

Concluímos o levantamento das informações referentes ao acréscimo do número de dependentes maiores e já elaboramos minuta de Resolução específica a ser encaminhada para aprovação pela Diretoria da PETROS e homologação pelo Conselho de Curadores.

Já solicitamos à STEA-Serviços Técnicos de Estatística e Atuária o modelo a ser adotado para a formulação do cálculo atuarial relativo à contribuição adicional a ser cobrada, exclusivamente, do participante.

B) Instituição de carência e proporcionalidade para percepção dos benefícios de aposentadoria programada.

Relativamente a esta proposição, a PETROS já começou a elaborar medidas, definindo a abrangência e condições para o estabelecimento da carência e/ou proporcionalidade, contando, para tanto com a consultoria da STEA.



PETROS

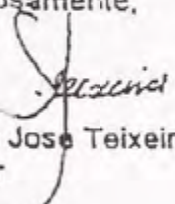
FUNDAÇÃO PETROBRAS DE SEGURIDADE SOCIAL

- C) Estabelecimento de regras para inclusão de parcelas de remuneração não estáveis no cálculo do salário de participação.

Como resultado dos estudos desenvolvidos pelo Grupo de Trabalho instituído por decisão do Conselho de Administração em 18-05-95 (Ata 1061, item 4) medidas nesse sentido já foram implementadas pela PETROS, através de Resolução interna e homologada pelo Conselho de Curadores em janeiro de 1997 (Ata 184, item 8).

- D) No que diz respeito à desvinculação da correção dos benefícios dos participantes aposentados dos reajustes de salários da ativa, o Serviço de Recursos Humanos (SEREC), da PETROBRAS, já está praticando uma política salarial voltada para essa filosofia, concedendo, em compensação a reajustes salariais, parcela remuneratória que não se integra aos salários dos empregados ativos e, por conseguinte, não se refletem nos benefícios pagos aos aposentados, minorando assim, os efeitos do respectivo impacto na PETROS.

Atenciosamente,



S. Teixeira

Sérgio José Teixeira
Diretor

C.C : SEREC (Dr. Lima)
SEIUR (Dr. Nelson Ramalho)
GAPRE (Dr. Cid)

Rio de Janeiro, 3 de março de 1987

GAPRE- 180 / 97

AO: Superintendente do SEREC
Superintendente do SEJUR
Presidente da PETROS

ASSUNTO: Plano de Custeio da PETROS

Em decorrência dos estudos realizados por este Grupo Técnico (Ata DE-4082, item 20, de 16.01.87) sobre a situação atuarial da PETROS, estão sendo propostas medidas para revitalização do atual Plano de Custeio e dos Benefícios da Fundação que, se aprovadas pelo Conselho de Administração da Petrobras, deverão ser implantadas de imediato. No sentido de permitir o indispensável apoio desse Serviço na implementação das mesmas, apresentamos os seguintes comentários:

- a) Definição do Grupo Familiar para fins de percepção dos benefícios do Plano.

Enquanto ora ativa, o Grupo Familiar do participante é levado em consideração para o cálculo das reservas matemáticas do Plano. Se após a aposentadoria (encerramento do Contrato de Trabalho com a patrocinadora) houver a inclusão de novos integrantes no Grupo Familiar, ocorrerá o pagamento de benefícios para os quais não foram constituídas reservas. Pretende-se, com esta medida, solucionar novas inclusões de beneficiários a contribuições adicionais, calculadas proporcionalmente, e pagas pelo participante. Estaria sendo evitado, assim, a alteração unilateral, em termos atuariais, do contrato que o participante celebra com a PETROS quando da sua adesão ao Plano.

- b) Instituição de carência e proporcionalidade para percepção dos benefícios de aposentadoria programada.

Esta medida decorre da necessidade de se incluir no regulamento do Plano de Benefícios da PETROS dispositivo que reflita procedimentos já previstos em Resolução Interna da Fundação, no sentido de que, se o participante, para cada participante, um tempo mínimo de permanência no Plano, no ato da sua adesão. Qualquer redução desse tempo, verificado pela PETROS no ato da contratação de suplementação de aposentadoria, seria objeto de cálculo atuarial que resultaria na redução proporcional do benefício, no encerramento do contrato ou no encerramento de sua contribuição. Nesse sentido, a medida em questão, tem por objetivo a proporcionalidade da contribuição de cada participante ao Plano de Benefícios que é de natureza previdenciária. Com isso, evita-se a alteração unilateral, em termos atuariais, do contrato que o participante celebra com a PETROS quando da sua adesão ao Plano.

- 1) Estabelecimento de regras para inclusão de parcelas de remuneração não estáveis no cálculo do salário de participação.

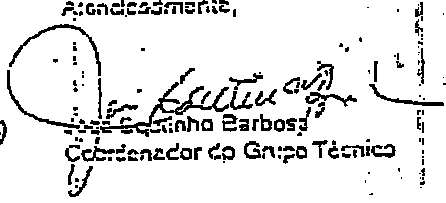
O objetivo desta medida é inserir no regulamento do Plano de Benefícios dispositivo, para efeito de cálculo da suplementação de aposentadoria, no sentido de evitar que a inclusão de parcelas não estáveis da remuneração (horas extras e adicionais diversos), percebidas pelo participante nos doze últimos meses que antecederem a concessão do benefício venham a se refletir no valor dos benefícios, sem a contrapartida no Plano de Custeio. Pretende-se, assim, evitar que variações abruptas no salário de participação naquele período se reflitam no valor do benefício, o que poderia ser obtido com a adoção de procedimentos semelhantes aos estabelecidos para os participantes que ocuparam função de chefe, efetiva, considerando-se os últimos 60 (sessenta) meses.

- 2) O Grupo Técnico é de opinião que essas medidas devem ser implantadas de imediato.

3) Além destas medidas, estão sendo propostas duas outras: desvinculação do Plano da política de reajuste dos benefícios do INSS e desvinculação da correção do benefício dos participantes aposentados ao reajuste do salário do pessoal da ativa. A implementação dessas medidas poderia ocorrer, também, de imediato, sem nenhum risco, para os futuros entrantes no Plano, precedida apenas pelos estudos técnicos indispensáveis.

Para possibilitar que sejam tomadas desde já, as providências necessárias, é imprescindível uma ação conjunta, do SEREC, SEJUR e PETROS, que possam contar com o apoio dos integrantes do Grupo Técnico.

Respeitosamente,


José Antônio Barbosa

Coordenador do Grupo Técnico

Inciso VIII, Artigo 48 do Regulamento do PPSP – mantida Tutela que suspende sua retirada

Não há, hoje, entre os participantes ativos ou assistidos do Plano Petros do Sistema Petrobrás (PPSP), pós ou pré-70, Rou NR, qualquer sombra de dúvida aimportânciado Inciso VIII do artigo 48 do Regulamento para o custeio do plano.

Custeio de um plano é aquele destinado à formação da reserva matemática ou saldo individual, o qual dará cobertura ao pagamento dos benefícios previstos no plano.

O inciso VIII (originalmente X) é um dos principais itens (senão o principal), de custeio do PPSP, inserido UNILATERALMENTE, portanto do interesse somente da Petrobrás, em 1984.

 PETROBRÁS PETROLEO BRASILEIRO S.A.		4 DIRETORIA EXECUTIVA SECRETARIA-GERAL DA PETROBRÁS (SEGEPE)		1.656/84 PROTOCOLO 2.548/84 PAUTA 266/84
COMUNICADO				
DESTINATÁRIO	PRESIDENTE DA FUNDAÇÃO PETROBRÁS DE SEGURIDADE SOCIAL - PETROS			
CONTROLE	SEJUR			
ASSUNTO	FUNDAÇÃO PETROBRÁS DE SEGURIDADE SOCIAL - PETROS - <u>Alteração no Regulamento do Plano de Benefícios.</u>			
REFERÊNCIA	ATA	ITEM	DATA	
	783ª	6ª	22-11-84	
D E C I S Ã O				
O Conselho de Administração resolveu aprovar a redação final do art. 48, inciso X, do Regulamento do Plano de Benefícios da Fundação Petrobrás de Seguridade Social - PETROS, como se segue: "Art. 48 "X - As patrocinadoras, no caso de serem insuficientes os recursos da PETROS, assumirão a responsabilidade de encargos adicionais, na proporção de suas contribuições, para cobertura de quaisquer ônus decorrentes das alterações introduzidas em 23-08-84 pelo Conselho de Administração da PETROBRÁS nos arts. 30, 41 e 42 deste Regulamento e aprovadas pelo Secretário da Previdência Complementar do Ministério da Previdência e Assistencial Social, através dos ofícios nºs 244/SPC-Gab., de 25-09-84, e 250/SPC-Gab., de 05-10-84."				

Rememorando, o que se esclarece para quem ainda não sabe, este inciso VIII prevê que as patrocinadoras têm o dever de assumir a responsabilidade pelos encargos

adicionais, junto à Petrobras, para cobrir ônus decorrentes das alterações introduzidas em 23/8/1984, com a criação de nova fórmula de cálculo de benefício e o reajustamento de seus índices salariais da patrocinadora.

CAPÍTULO XVIII

REAJUSTAMENTO DAS SUPLEMENTAÇÕES E OUTRAS DISPOSIÇÕES

Artigo 41 - Os valores das suplementações de aposentadoria, de auxílio-doença, de pensão e de auxílio-reclusão, serão reajustados nas mesmas épocas em que forem feitos os reajustamentos salariais da Patrocinadora, aplicando-se às suplementações o seguinte Fator de Correção (FC):

$$FC = \text{Max} \left\{ 1, \frac{(0.9 \times SP \times K_p - \text{INSS}) \times K_a}{\text{SUP}} \right\}$$

Sendo:

SP - O salário-de-participação valorizado pelas tabelas salariais da Patrocinadora;

Em 2022, em outro ato UNILATERAL, a Petrobras tentou sua retirada com pedido à PREVIC, atropelando os participantes, forçou sua aprovação no CD da Petrobras por voto de qualidade.

Para ser uma ideia, em 1984, com a inserção do artigo 41, que acabou por revisar todos os benefícios do plano desde sua fundação em 1/7/70, ou seja, mais de 7.700 benefícios, causando ao plano um déficit imediato colossal. A Petrobras que havia se responsabilizado pelo aporte junto à SPC (antecessora da Previc) através da introdução do inciso X (hoje VIII) deixou de cumprir sua responsabilidade de como já havia feito com o grupo Pré-70.

Todas as alterações das Ações de Níveis, PCAC, RMNR, além de todas as concessões de benefícios posteriores à introdução do FAT/FC (que continuariam a ocorrer no PPSP, mesmo após a retirada desse inciso se isso viesse a se efetivar) tem nesse inciso sua fonte de custeio.

Há ainda milhares de ações envolvendo Níveis de 2004/5/6, PCAC e RMNR em processo final de execução e prontas para receberem alvarás, nas quais a Petrobras e Petrobras Insistem em agravos protelatórios, porém sem chance de mudar a decisão do mérito e que, juntamente com as do "Acordo entre FUPe

Petrobras", tem que ser custeadas pela patrocinadora, no caso, a Petrobras somente.

OGDP, grupo informal de participantes que se cotizam para buscarem recursos do plano, devido ao negado pela Petrobras, ao tomar conhecimento do pedido da patrocinadora à PREVIC que deu limite ao CD da Petrobras para sua retirada até 6/1/2023, entrou com um pedido de tutela contra sua retirada.

O pedido de tutela se deu dentro de outra ação em que o GDP questiona o não aporte de alguns bilhões como Acordo de Níveis de dezembro de 2014 (entre FUPe Petrobras) que deu um déficit imediato de R\$ 3,1 bilhões, que significou metade

do valor ocorrido em 2014 (R\$ 6,2 bilhões) – gestão do atual pretendente ao cargo

de

presidente da Petros, Henrique Jäguer.

Essa ação (Ação Popular) dependeu da manutenção do inciso, pois seu principal custeio.

O juiz, percebeu de imediato a importância do inciso para o PPS e concedeu a tutela em 15/12/2022.

Em 1/2/2023 a Petrobrás interpôs um primeiro Agravo de Instrumento que acabou negado pelo juiz.

Em 22/6/2023, mais uma vez o juiz aceitando as ponderações do nosso advogado voltando a negar o Agravo de Instrumento e, com essa decisão, deixou claro que a manutenção do inciso VIII permanece até que se tenha o julgamento do mérito da Ação Popular do Acórdão de Níveis.

Essa decisão vem acalhar, em momento que se formou um novo Grupo de Trabalho para discutir a AMSE os problemas deficitários da Petros. Fazem parte desse GT a FUP e a FNP.

Algumas das bandeiras das duas federações centram no aporte necessário do Inciso VI II do artigo 48. O Acórdão de Níveis faz parte dessa discussão e não é retirado do Inciso VII II também.

Os participantes da Petros, oferecem de bandeja duas ações que estão defendendo seu plano e situação de discussão em busca de acordo.

A Ação Popular do Acórdão de Níveis obteve resultado positivo em primeira instância e a tutela garantindo a permanência do Inciso VIII dá um enorme respiro, pois está garantida até a decisão do mérito da Ação Popular. Considerando o seu elevado valor (bilhões de reais), tudo indica que irá ao STF, portanto, cai por terra neste instante a pretensão de apatrocinar o plano pela sua retirada.

Como disse o nosso advogado, Dr. Luiz Castagna Maia, se a Petrobrás quer comprar a retirada do Inciso VIII, que pague o valor correto e jamais o que foi aceito no AOR, que gerou a repactuação, R\$ 15.000,00 ou 3 salários, o que fosse maior e a consequente perda de direitos dos que aceitaram a proposta.

O déficit do plano para os R (repactuados) é de R\$ 4 bilhões e para os NR (não repactuados) é de R\$ 32 bilhões. Sem sombra de dúvida o inciso VIII cobra tais valores, sendo assim, caso a Petrobrás queira mesmo retirar o Inciso VIII, este pode ser trocado pela cessação imediata dos descontos dos PED's dos participantes, assumindo a patrocinação aos valores a serem ressarcidos à Petros.

Participantes do GDP – 26/6/2023

Rio de Janeiro, 31 de maio de 2023

RH/RS15/2023

À
FNP

Assunto: Quantitativo de aposentados e pensionistas no plano AMS
Referência: Carta FNP nº 056/2023

Prezados(as),

Em resposta ao documento em referência, informamos abaixo o quantitativo de aposentados e pensionistas no plano AMS em abril de 2023:

	Aposentado	Pensionista	Total
Titular	50.552	15.839	66.391
Dependente	67.423	2.025	69.448
Total	117.975	17.864	135.839

Atenciosamente,

ANTONIETA
MACIEL
GONTIJO VIEIRA

Assinado de forma digital
por ANTONIETA MACIEL
GONTIJO VIEIRA
Dados: 2023.05.31
20:44:41 -03'00'

Antonieta Maciel Gontijo Vieira Gerente de
Relações Sindicais

Ano	Ativo com RMN Reganhos	Aposentado - R	Aposentado - NR	IPCA 12 meses (data-base)
1GG6	8,80%	8,80%	8,80%	14,21%
1GG7	3,00%	3,00%	3,00%	5,59%
1GG8	0,00%	0,00%	0,00%	2,55%
1GGG	3,90%	3,90%	3,90%	5,69%
2000	9,18%	9,18%	9,18%	7,86%
2001	6,40%	6,40%	6,40%	6,41%
2002	7,40%	7,40%	7,40%	7,46%
2003	15,50%	15,50%	15,50%	15,14%
2004	7,81%	7,81%	7,81%	6,70%
2005	6,00%	6,00%	6,00%	6,02%
2006	2,80%	2,80%	2,80%	3,84%
2007	17,94%	4,18%	4,18%	4,18%
2008	9,89%	6,17%	6,17%	6,17%
200G	7,81%	4,36%	4,36%	4,36%
2010	9,36%	4,49%	4,49%	4,49%
2011	10,71%	7,23%	7,23%	7,23%
2012	8,16%	5,24%	5,24%	5,24%
2013	8,56%	6,09%	6,09%	6,09%
2014	9,71%	6,51%	6,51%	6,51%
2015	9,53%	9,53%	9,53%	9,53%
2016	8,57%	8,97%	8,57%	8,97%
2017	1,73%	2,46%	1,73%	2,46%
2018	4,19%	4,19%	4,19%	4,19%
201G	2,30%	3,43%	2,30%	3,43%
2020	0,00%	2,44%	0,00%	2,44%
2021	10,42%	9,68%	10,42%	9,68%
2022	8,73%	8,73%	8,73%	8,73%
2023	5,66%	4,61%	4,61%	4,61%
1GG6-2023	603%	411%	391%	465%

No PCAC de 2007 os reajustes variaram entre 2,42% e 71,98%, a depender do cargo. Nosso pão por 17,94% s  de u por que foio aumento no Menor Salário Base na quele ano.

[1] Até 2006 os ganhos são o salário-base, a partir de 2007 os ganhos são considerados os da RMNR.
[2] O 17,94%    uma estimativa de ganhos a partir das mudanças no PCAC 2007. Chegamos a o valor calculando o aumento do MSB entre os anos de 2006 e 2007.

A diferenciação entre os três grupos começou com a RMNR e a repactuação. Em 2007 os trabalhadores da ativa tiveram ganhos extraordinários por ocasião da mudança no PCAC, os quais estimamos em 17,94% (que é o aumento no MSB)

A defasagem que se construiu ao longo deste tempo pode Ser vista na tabela abaixo:

	Defasagem relação ativa/RMNR	Defasagem relação ao IPCA
Repactuados	<u>37,6%</u>	0%
Não-Repactuados	<u>43,1%</u>	4%

Ano	Ativo com RMNR ganhos	Aposentado-R	Aposentado-NR	IPCA 12 meses (data-base)
2007	17,94%	4,18%	4,18%	4,18%
2008	9,89%	6,17%	6,17%	6,17%
2009	7,81%	4,36%	4,36%	4,36%
2010	9,36%	4,49%	4,49%	4,49%
2011	10,71%	7,23%	7,23%	7,23%
2012	8,16%	5,24%	5,24%	5,24%
2013	8,56%	6,09%	6,09%	6,09%
2014	9,71%	6,51%	6,51%	6,51%
2015	9,53%	9,53%	9,53%	9,53%
2016	8,57%	8,97%	8,57%	8,97%
2017	1,73%	2,46%	1,73%	2,46%
2018	4,19%	4,19%	4,19%	4,19%
2019	2,30%	3,43%	2,30%	3,43%
2020	0,00%	2,44%	0,00%	2,44%
2021	10,42%	9,68%	10,42%	9,68%
2022	8,73%	8,73%	8,73%	8,73%
2023	5,66%	4,61%	4,61%	4,61%
2007-2023	256%	159%	149%	159%

Moção de Apoio ao processo de acordo judicial da Petrobras com Leninha Farias

Moção de Apoio ao processo de acordo judicial da Petrobras com Leninha Farias.

Nós, delegados(as) e dirigentes, reunidos(as) no Congresso Regional do SINDIPETRO RJ, expressamos o apoio à luta de Leninha Farias, militante histórica da categoria petroleira, demitida política há quase 16 anos, durante o ACT de 2009, quando protestava aqui no Rio de Janeiro juntamente com a diretoria deste sindicato, atuando na defesa intransigente de um meio ambiente de trabalho, livre de adoecimento físico e mental, e por mudanças na política de segurança da Petrobras, especialmente nas unidades operacionais que à época mantinha o elevado índice de morte por acidentes de trabalho: aproximadamente 2 mortes por mês durante uma década. Estes dados são oficiais e estão disponíveis nos relatórios anuais da companhia.

Leninha Farias foi demitida quando estava afastada por Acidente de Trabalho em frontal ataque à dignidade humana. Ela é portadora de várias doenças ocupacionais e foi descartada sumariamente, sem nenhuma chance de defesa.

A demissão foi política, ceifaram uma dirigente. Ela era Diretora de Saúde, Meio Ambiente, Segurança e Previdência da AEPETRO, entidade atuante dentro e fora do país.

Em dezembro do ano passado (2024) ela fez um protesto desesperado em Brasília, na frente do Ministério Público do Trabalho e o Subprocurador Geral do órgão, Dr. Manoel Jorge e Silva Neto, ao tomar conhecimento, lhe convidou para uma conversa. Eles se conhecem e tem relação de confiança porque foi Procurador Regional na Bahia e tiveram oportunidade de atuar juntos quando ele dirigia a AEPETRO. Neste mesmo dia a Petrobras solicitou ao TST a mediação para um acordo. Foi um ato vitorioso, pois Leninha reivindica isso com muita luta.

O SINDIPETRO RJ esteve representado em Brasília juntamente com sua assessoria jurídica. Assim, como Diretora da Pasta de Anistia, participei desta reunião oficial com este Subprocurador na presença de Leninha. Nesta ocasião, o mesmo concordou em participar do processo de negociação do pretense e necessário acordo, porque entende que a demissão de Leninha Farias teve repercussão coletiva sobre os trabalhadores da Petrobras.

O TST solicitou e Leninha apresentou uma proposta ao CESUSC/TST (setor de conciliação), a Petrobras respondeu que não concordava com os termos, mas se colocou a disposição para uma proposição que seja razoável para as duas partes.

Empenhamos o desejo que esse acordo seja realizado nos termos que realmente sejam razoáveis, especialmente porque ela tem a saúde física muito debilitada e necessita de tratamento altamente especializado.

Fabiola Mônica

Diretora do Sindipetro-RJ/FNP

Em nome da Diretoria Colegiada

Moção de Apoio aos Anistiados(as) e Anistiandos(as) da Petrobrás

Moção de Apoio aos Anistiados(as) e Anistiandos(as) da Petrobras

Nós, delegados(as) e dirigentes, reunidos(as) no Congresso Regional do SINDIPETRO RJ, expressamos nossa indignação com a atitude discriminatória e excludente praticada pela Petrobras contra trabalhadores e trabalhadoras vitimados pela política néo-liberal dos governos Collor/Fernando Henrique Cardoso.

Subsidiárias como a Petromisa, Petroflex e Interbrás, como também, agora mais recentemente com a BR-Distribuidora no governo do Bolsonaro.

A Lei 8.878/94 não tem sido respeitada.

Temos vários companheiros(as) da ex Interbrás que estão até agora sem retorno à empresa, como prova disto.

São trabalhadoras e trabalhadores todos e todas já idosos, alguns enfrentando situações de extrema necessidade em decorrência de doenças e privação de recursos para moradia e alimentação.

Uma empresa que ostenta o título de atuar com Responsabilidade Social e respeitar os Direitos Humanos não pode seguir praticando esta ação devastadora.

A pasta de Anistia do Sindipetro-RJ/FNP esteve reunida com a administração da empresa em várias oportunidades, e, em todas elas não é apresentada nenhuma proposta para solucionar essa situação vexatória e perigosa. Além de ter enviado Ofícios protocolados pelas mãos da presidente Magda Chambriard é até agora não terem sido respondidos em flagrante desrespeito aos sindicatos e a sua categoria. Qual a resposta que a Petrobrás espera de nós?

O que faremos quanto a esta situação vexatória?

